unespciência
agosto de 2015 • ano 6 • número 66



Ensaios sobre o Brasil

LIVRO DISCUTE PROCESSO HISTÓRICO NACIONAL

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA EM DEBATE

DÉCADA DOS AFRODESCENDENTES GERA REFLEXÃO

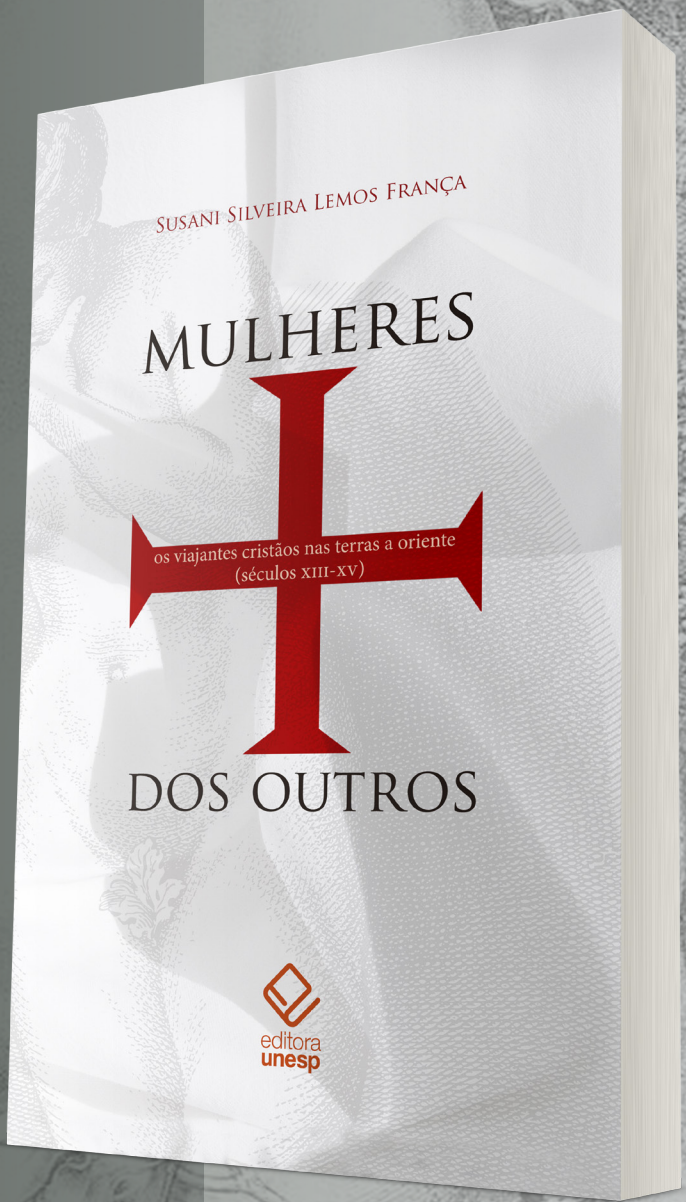
MULHERES dos outros

Os viajantes cristãos nas terras a oriente (séculos XII-XV)

Susani Silveira Lemos França

Esta obra analisa uma imensa quantidade de relatos de viajantes cristãos dos séculos XIII ao XV sobre as mulheres de outras culturas, especialmente da China, Mongólia e Índia, e defende que aqueles homens só puderam vê-las a partir de um mesmo referencial, o da fé cristã, e comparando-as às suas próprias mulheres.

R$ 49,00
14x21
230 páginas



editora unesp

Produzir conteúdo,
Compartilhar conhecimento.
Editora Unesp, desde 1987
www.editoraunesp.com.br

Governador
Geraldo Alckmin
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação
Márcio França

unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Reitor
Julio Cezar Durigan
Vice-reitora
Marilza Vieira Cunha Rudge
Pró-reitor de Administração
Carlos Antonio Gamero
Pró-reitor de Pós-Graduação
Eduardo Kokubun
Pró-reitor de Graduação
Laurence Duarte Colvara
Pró-reitora de Extensão Universitária
Mariângela Spotti Lopes Fujita
Pró-reitora de Pesquisa
Maria José Soares Mendes Giannini
Secretária-geral
Maria Dalva Silva Pagotto
Chefe de Gabinete
Roberval Daiton Vieira
Assessor-chefe da Assessoria de Comunicação e Imprensa
Oscar D'Ambrosio

editora unesp
fundação
Presidente do Conselho Curador
Mário Sérgio Vasconcelos
Diretor-presidente
Jézio Hernani Bomfim Gutierre
Editor-executivo
Túlio Kawata
Superintendente administrativo e financeiro
William de Souza Agostinho

unespciência
Diretor de redação Oscar D'Ambrosio
Arte Hankô Design (Ricardo Miura)
Assistente de arte Andréa Cardoso
Colaboradores Álvaro Martim Guedes, Ciro Antonio Rosolem, Edmar José Scaloppi, João Manuel Marques Cordeiro, Juarez Tadeu de Paula Xavier, Laís Azeredo Alves, Nelson Pedro-Silva, Oscar D'Ambrosio, Rafael R. Massuia, Solange Rocha, Valdemir Pires, Vanderlan da S. Bolzani (texto); Chello Fotógrafo, Daniel Patire (foto)
Revisão Maria Luiza Simões
Projeto gráfico Hankô Design (Ricardo Miura)
Produção Mara Regina Marcato
Apoio de internet Marcelo Carneiro da Silva
Apoio administrativo Thiago Henrique Lúcio
Endereço Rua Quirino de Andrade, 215, 4º andar, CEP 01049-010, São Paulo, SP. Tel. (11) 5627-0327.
www.unespciencia.com.br;
revistaunespciencia@reitoria.unesp.br

Impressão Coan Gráfica
Tiragem 6 mil exemplares
É autorizada a reprodução total ou parcial de textos e imagens desde que citada a fonte. Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião da Universidade.

Ciência sai do domínio exclusivista dos sábios

Durante a programação do CNPq na 67.ª Reunião da SBPC, que aconteceu, em julho, na cidade de São Carlos, SP, Nísia Trindade Lima, vice-presidente de Ensino, Informação e Comunicação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), ministrou uma aula da história da divulgação científica no país.

Ela apresentou um resumo de como, da monarquia aos tempos atuais, a comunidade científica e a popularização da ciência caminharam juntas ao longo da história do país, destacando o importante papel de Edgar Roquette-Pinto, autor da emblemática frase "Eu quero tirar a ciência do domínio exclusivista dos sábios para entregá-la ao povo".

Segundo Nísia, a nossa imprensa é limitada na divulgação de pesquisas, em especial das pesquisas desenvolvidas no Brasil. Por isso, destacou a importância de canais de comunicação especializados. A revista **unespciência** se orgulha de ser um deles.

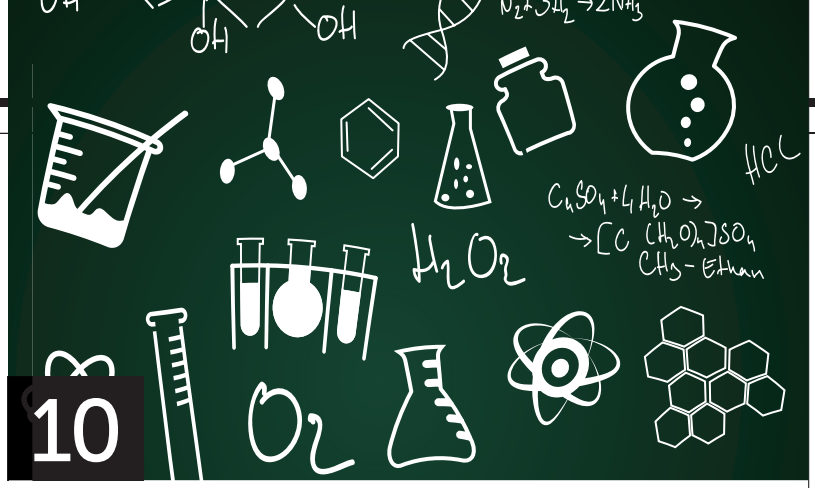
Nesta edição, começamos com um texto que reflete sobre os 40 anos da Unesp, a serem comemorados em 2016. Em seguida, há uma reflexão sobre paradigmas de avaliação da produtividade científica, homenagem ao Dia dos Químicos e divulgação de pesquisas da Universidade em questões envolvendo agricultura, serviço social e crise hídrica.

As páginas seguintes trazem informações importantes sobre desrespeitos a direitos humanos na área de imigração e um texto que nos faz pensar sobre as relações entre inteligência artificial, educação e psicologia.

O artigo da capa apresenta o conhecimento do processo histórico brasileiro por um enfoque sociopolítico, conduzindo a um dossiê sobre a Década dos Afrodescendentes, que começa este ano, e a pesquisas sobre paisagens sonoras e estudos pedagógicos em Atletismo.

Uma publicação da Editora Unesp que reúne escritos do filósofo Jürgen Habermas, um recital e masterclass de uma pesquisadora mexicana e um texto sobre o desequilíbrio nas contas do Estados encerram uma edição que, como as anteriores e as próximas, tem uma missão maior: aproximar a ciência de qualidade do leitor.





10
CIÊNCIA
Paradigmas e Avaliação
JOÃO MANUEL MARQUES CORDEIRO

6
ANIVERSÁRIO
Unesp: 40 para trás, 40 para a frente
VALDEMIR PIRES



HOMENAGEM
Dia dos Químicos
VANDERLAN DA S. BOLZANI
14



28
SOCIOLOGIA
Sete ensaios sobre o Brasil
RAFAEL R. MASSUIA



18
CRISE HÍDRICA
Alternativas para aumentar o volume de água em reservatórios
EDMAR JOSÉ SCALOPPI

CINEMA
Inteligência artificial, educação e psicologia
NELSON PEDRO-SILVA



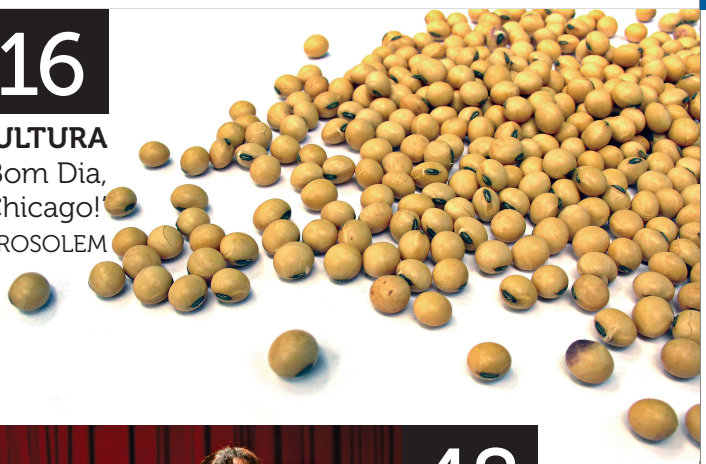
24



20
IMIGRAÇÃO
Desafios do ir e vir
LAÍS AZEREDO ALVES



16
AGRICULTURA
Artigo 'Bom Dia, Chicago!'
CIRO ANTONIO ROSOLEM



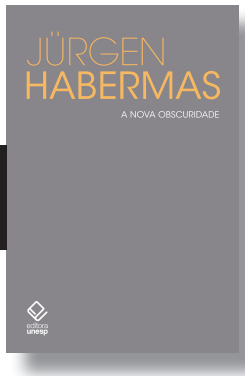
17
SERVIÇO SOCIAL
Família e cooperativismo



48
FOTO DO MÊS
Recital e masterclass
DANIEL PATIRE



42
ARTE E CULTURA
Paisagens sonoras são tema de pesquisa de doutorado
OSCAR D'AMBROSIO



47
LEITURA
A nova obscuridade
JÜRGEN HABERMAS



50
OPINIÃO
O desequilíbrio nas contas dos Estados
ÁLVARO MARTIM GUEDES



46
EDUCAÇÃO FÍSICA
Grupo de Estudos Pedagógicos e Pesquisa em Atletismo



36
DOSSIÊ AFRODESCENDENTES
Violência engole as próximas gerações
JUAREZ TADEU DE PAULA XAVIER
Trajetória histórica de Gertrudes Maria
SOLANGE ROCHA

VALDEMIR PIRES













© Imagens de acervo/CEDEM/ ACI – Unesp Reitoria





Unesp: 40 para trás, 40 para a frente

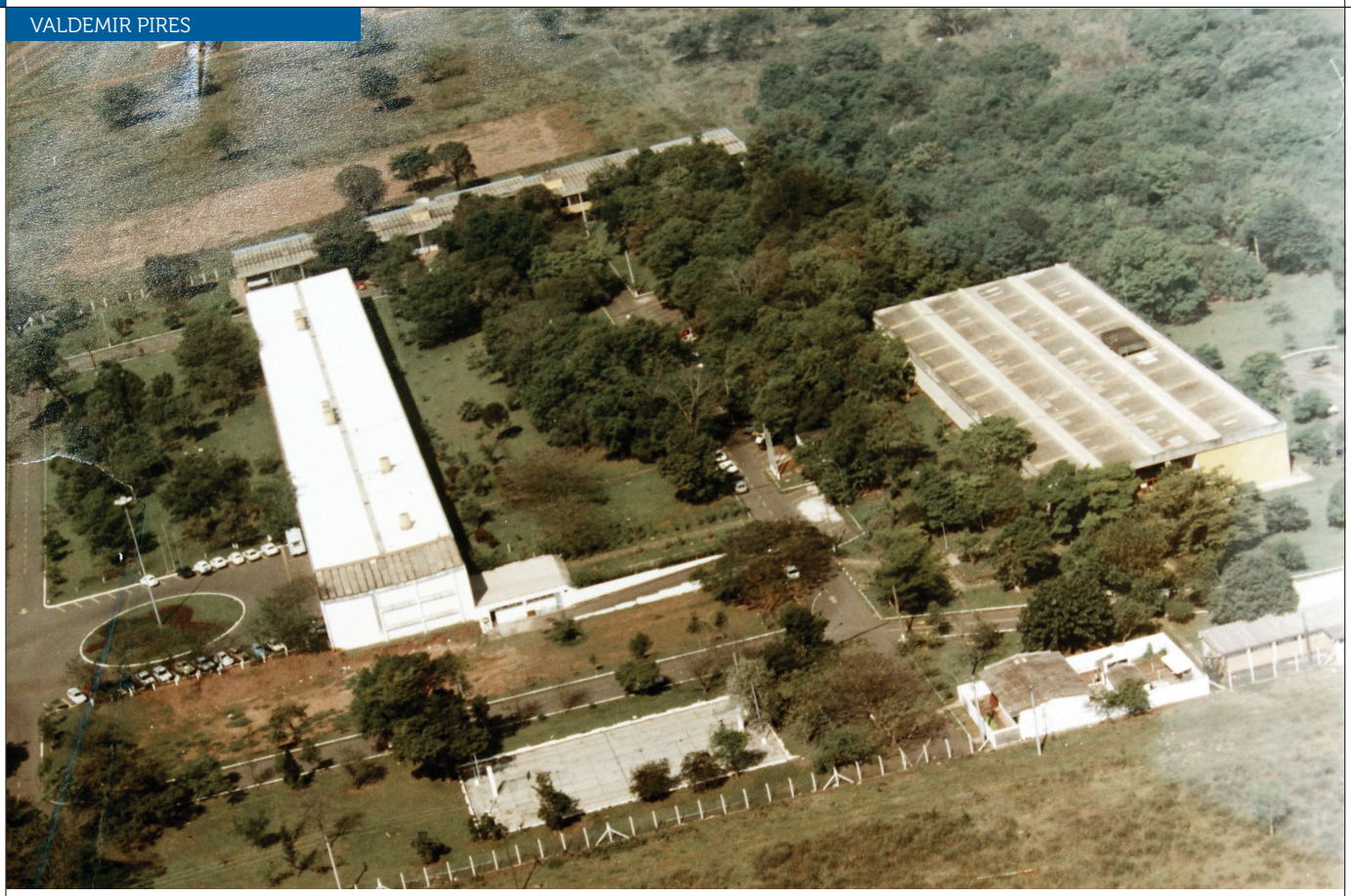
O MOMENTO ATUAL ENCONTRA A UNIVERSIDADE MADURA E ROBUSTA, SEM PERDER O FRESCOR NECESSÁRIO AO EXERCÍCIO DA REFLEXÃO, DA PESQUISA, DO ENSINO, DO DEBATE

No dia 30 de janeiro de 2016 a Unesp completa 40 anos. Lançado para trás, o olhar recolhe dessa história muitos louros, muitas conquistas, avanços acadêmicos incríveis para tão pouco tempo. Se hoje a colheita se mede em graus crescentes de internacionalização e em volumes acelerados de produção científica reconhecida e citada, de egressos em todos os níveis do ensino superior, de pesquisas relevantes em todas as áreas do conhecimento, no passado ela foi aquilatada pela criação de oportunidades de acesso ao ensino superior (tão escassas), pela presença de centros de formação e pesquisa em diversos e às vezes esquecidos pontos do Estado de São Paulo, pela iniciativa governamental para superar o raquitismo quantitativo e qualitativo da universidade no país. Tudo graças a lideranças políticas e universitárias cuja memória cabe hoje reverenciar, tomando como positivo e significativo o saldo obtido descontando-se os erros dos acertos. E sem deixar de considerar que o sujeito coletivo – a comunidade acadêmica unespiana como um todo, em seu devir histórico – é, de longe, o único herói de quem todos, sem exceção, são devedores, intra e extramuros.

O momento atual encontra a Unesp madura e robusta, sem perder o frescor necessário ao exercício da reflexão, da pesquisa, do ensino, do debate. Mas também lhe coloca desafios novos, de difícil enfrentamento, entre os quais se sobressaem o dilema do financiamento público (em contexto de recorrentes crises fiscais e permanentes disputas por fatias orçamentárias) e as exigências contemporâneas para o reconhecimento na comunidade científica global, que impõem padrões de excelência extremamente elevados, com o agravante de desconsiderar as diferenças históricas e as distintas demandas que recaem sobre as instituições universitárias dos países em desenvolvimento.

Mesmo sem esmiuçar esses macrodesafios

VALDEMIR PIRES



© Imagens de acervo/CEDEM/ ACI – Unesp Reitoria

em itens e tópicos dos fazeres e da gestão universitária, é possível perceber, com facilidade, que o futuro da Unesp exige, para ser bem-sucedido, uma condução muito esclarecida e cautelosa das políticas internas e das relações (com a sociedade, com os governos e com os atores do ambiente científico local e internacional etc.), cujo traçado, implementação e monitoramento só é possível sob lideranças extremamente hábeis científica, administrativa e politicamente; capazes, sobretudo, de urdir pactos com toda a comunidade e entornos, identificando jogos de ganha-ganha legítimos e articulando programas, planos, projetos e atividades eficientes, eficazes, efetivos e financeiramente sustentáveis, convincentemente vantajosos para a comunidade que sustenta o orçamento da instituição. Disso dependerá o que poderá ser visto por um olhar que se lance sobre os próximos 40 anos.

No ambiente complexo e conflagrado de um mundo e de um país que parecem viver um "momento intervalar" (de busca de rumos com bússola titubeante), a tarefa fundamental para que a Unesp não se perca, nem desperdice tempo, recursos, talentos e oportunidades é não perder de vista, ter sempre em mente e em pauta, nos diálogos prospectivos e nos esforços diagnósticos, alguns valores e princípios, dos quais parece útil destacar os seguintes, neste exato momento:

– universidade não é fábrica e a produção e a produtividade acadêmicas não podem ser avaliadas com os mesmos padrões, ritmos e métricas utilizados no ambiente fabril, até porque mesmo este já se transformou em um espaço denso em conhecimento, no qual o braçal perdeu espaço para o cerebral, o controle deixando de ser meramente taylorista;

– gestor acadêmico não é capataz e, portanto, não pode lançar mão de outros instrumentos para obter resultados senão o diálogo, o argumento, a negociação: acima de tudo, é par;

– autonomia universitária não pode ser confundida com soberania, pois esta nem o governante legitimado pelo voto possui diante da sociedade, de quem recebe mandato temporário; mas, por outro lado, a universidade

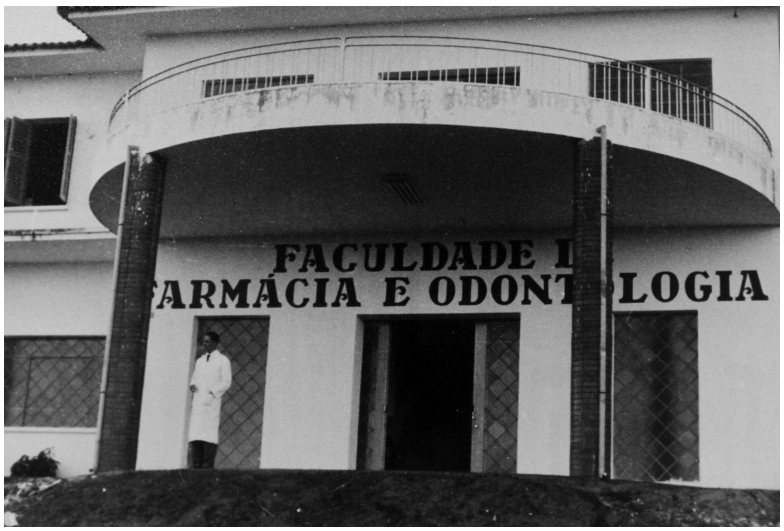
UC

Valdemir Pires é economista e professor do Departamento de Administração Pública da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara há 10 anos dos 40





Na página ao lado, Câmpus de Assis/ SP. Nesta página, antigo Câmpus do Instituto de Artes (*acima*), aluno do curso de História do Câmpus de Franca/SP (*ao lado*) e Faculdade de Farmácia e Odontologia em Araçatuba/ SP (*abaixo*)



não pode responder sempre positivamente a demandas e aceitar passivamente as restrições originadas dos governos que a sustentam – seu senso crítico é uma reserva a serviço e a bem da sociedade;

– ciência de qualidade não tem padrão único e selo internacional de validação inquestionável: o diálogo entre o conhecimento globalmente produzido com aquele gerado nas tentativas legítimas de solucionar os problemas nacionais, respeitando-se as idiossincrasias locais, é essencial, pois somente esse diálogo incorpora a verdadeira dimensão da cooperação entre povos e países em busca do conhecimento emancipador;

– internacionalização das instituições universitárias é consequência da excelência e não resultado de exigências ou incentivos para simplesmente "internacionalizar" a pesquisa, sem que isso implique qualquer rejeição à ambição de diálogo com os centros de excelência no mundo;

– sem que volte a ser um ambiente cultural rico e estimulante (no qual as Humanidades desempenham papel chave e a arte permeia o quotidiano), a universidade não será mais do que qualquer outro espaço de produção e disseminação de conhecimento pragmático, provavelmente tendo dificuldades para competir com outros espaços similares, inclusive aqueles no interior das empresas;

– o uso de tecnologias facilitadoras do aprendizado e ampliadoras da produtividade científica é um dado de realidade inevitável, mas não deve turvar a certeza de que a interação humana e o contato intergeracional, tanto quanto possível dotados do calor da antiga relação mestres-discípulos (reinventada e reencantada), têm valor em si, nos fazeres universitários, e devem ser preservados a todo custo nos processos de ensino-aprendizado e de iniciação-orientação; por isso, o menosprezo às graduações é um erro grave.

Feliz aniversário, Unesp muitos anos de vida! Muitas vidas em suas veias, muitas veias em seu corpo, irrigadas pelo apreço ao conhecimento e aquecidas pelo sopro da sabedoria!

JOÃO MANUEL MARQUES CORDEIRO



© FreeImages

Paradigmas e Avaliação

O AUMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA É MUITO MAIS EM EXTENSÃO DO QUE EM PROFUNDIDADE

Recentemente fiz uma análise sobre a qualidade do investimento de recursos públicos em pesquisa e o retorno social desse investimento (http://goo.gl/Ldv4qc), tendo como pano de fundo artigo publicado pelo prof. Rogério Cerqueira Leite na *Folha de S. Paulo*, que, em função da repercussão que teve, pretendo aprofundar um pouco mais neste momento. Para além das conclusões a que chega o prof. Rogério (baseado em artigo publicado na *Nature* sobre a evolução da produção brasileira), de que o que se produz em ciência no Brasil, *grosso modo*, é de baixa qualidade e de que os recursos públicos são mal investidos, defendi que isso se deve a que "o pesquisador define suas pesquisas em função de suas preferências pessoais ou comodismo e não em função de uma visão qualificada sobre as implicações para o país de seus resultados... O pesquisador, em regra, estabelece sua linha de pesquisa sem nenhuma relação com as necessidades nacionais e sem compromisso com o retorno social dos recursos, o que seria uma medida da qualidade de sua produção".

Este tipo de preocupação vem ocupando a mente de alguns de nossos mais destacados pesquisadores já há algum tempo. Como exemplo, o prof. Roberto Faria (USP-SC) publicou tempos atrás texto sobre o assunto no *Boletim da Sociedade Brasileira de Física,* e o prof. José Arana Varela fez o mesmo tipo de análise em sua palestra no XIII Encontro da Sociedade Brasileira de Pesquisa em Materiais, em João Pessoa, ano passado.

No primeiro caso, o professor Faria pondera, entre outras coisas, que o sistema de avaliação de bolsas de produtividade do CNPq

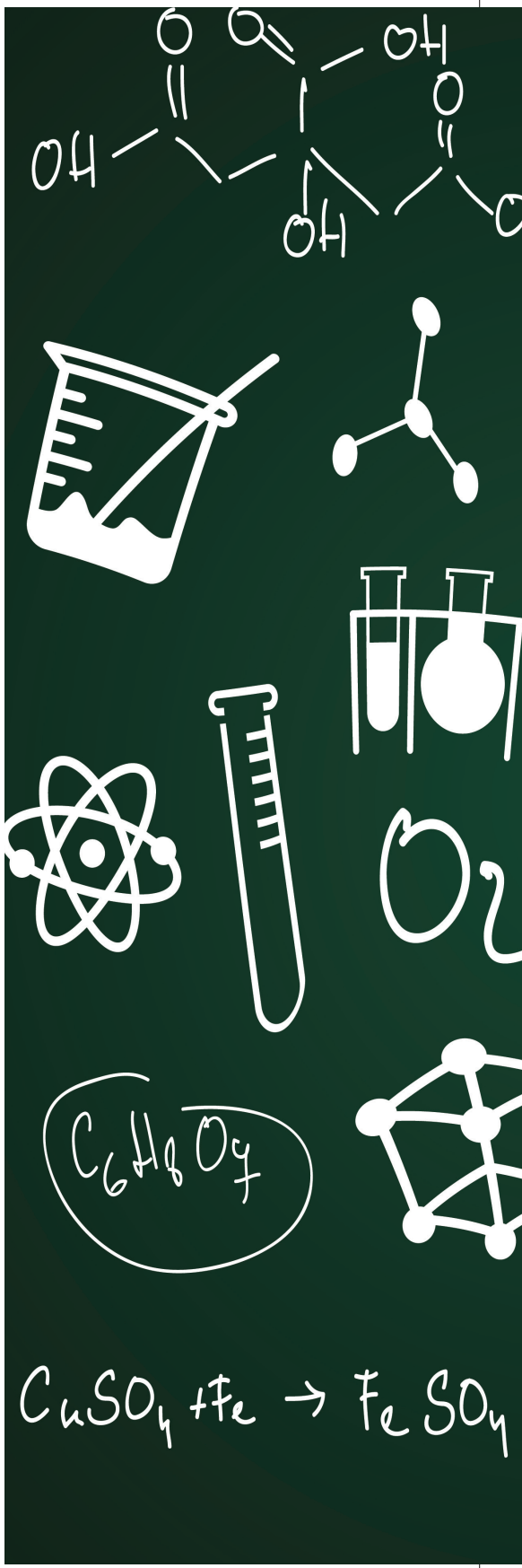
João Manuel Marques Cordeiro formou-se em Química e doutorou-se em Físico-Química na UFSCar. Realizou pós-doutorado na Universidade de Bristol (UK) e programa de pesquisa no Rutherford Appleton Laboratory (UK). É professor adjunto doutor na Unesp de Ilha Solteira.

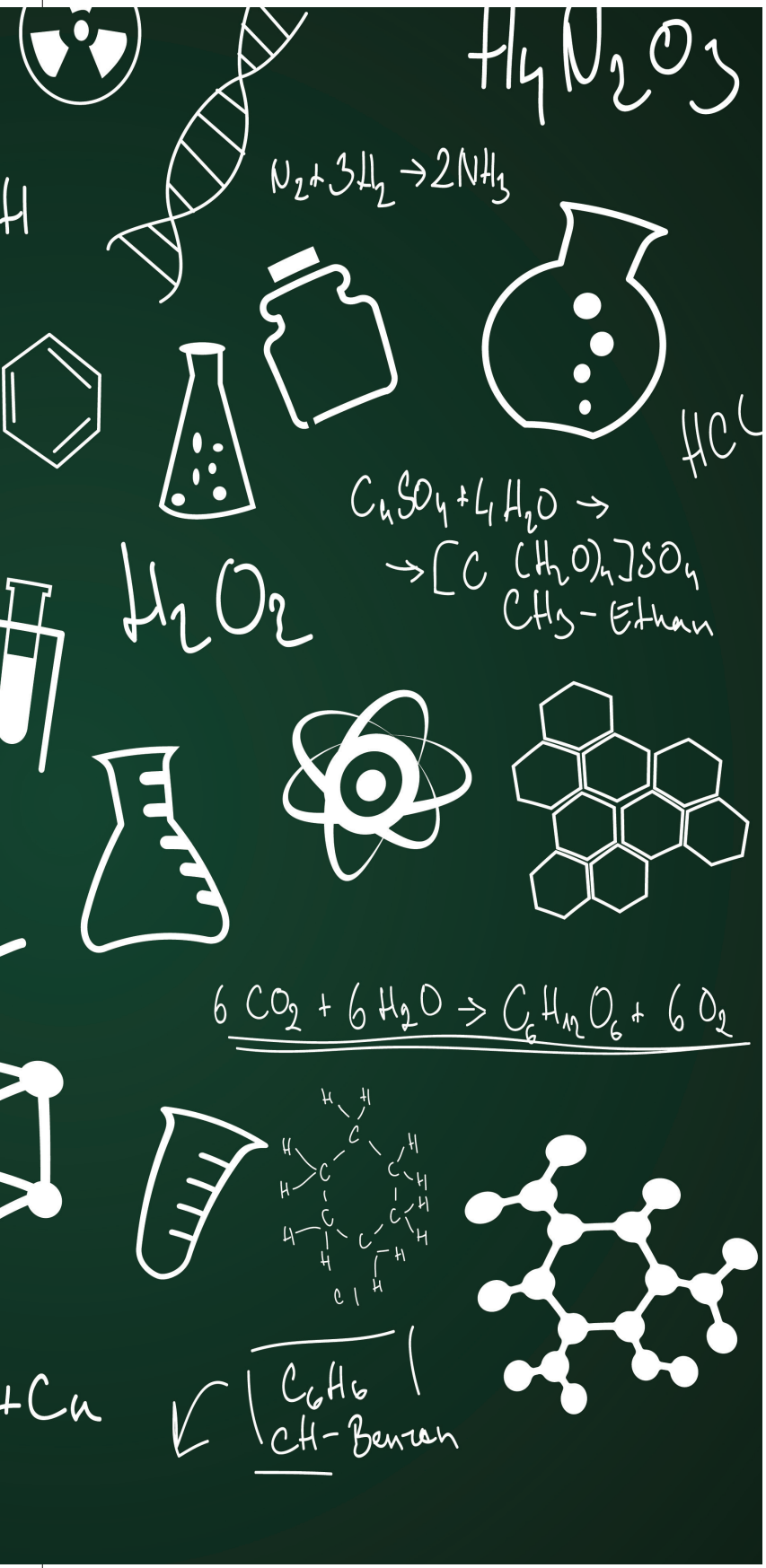
peca por fazer uma avaliação predominantemente quantitativa, incentivando, agora em palavras minhas, a produção do lixo a que se referem a *Nature* e o prof. Rogério. Depreende-se que alguns pesquisadores contemplados com tais bolsas não as deveriam ter. E, como bem aponta o prof. Roberto Faria, os indicadores que demonstram a cada vez menor relevância da produção científica brasileira, por outro lado, apontam para o declínio da qualidade do doutor formado. O preocupante é que, como mostrado recentemente pelo prof. Varela, esse estado de coisas, longe de mostrar uma inflexão, ao que tudo indica, está se acentuando. O aumento da produção científica brasileira é muito mais em extensão do que em profundidade, em função de

É NECESSÁRIO QUE SE CORRA O RISCO DE SER RECONHECIDO PELA QUALIDADE DA CIÊNCIA QUE SE PRODUZ E NÃO PELO LIXO QUE SE ACUMULA

uma lógica de competição que desconsidera a qualidade, com os consequentes reflexos, como inexpressividade, quando se trata de desenvolvimentos significativamente científicos.

Tal modelo constitui o núcleo de um processo que submete o desenvolvimento científico a parâmetros quantitativos, perdendo de vista que, muito mais que a qualidade, o número é uma abstração. A inovação e a criatividade estão sendo esmagadas em função da quantidade, com um tremendo impacto negativo na criação do conhecimento. Como consequência deste estado de coisas, verifica-se um aumento alarmante de práticas científicas fraudulentas, ou quase isso, suscetível de questionar a força da ética científica e dos cientistas ante as pressões pela produtividade reduzida a critérios numéricos. Como pano de fundo verificam-se lógicas pouco científicas na definição das prioridades de pesquisa, e, consequentemente, do financiamento, com a produção de conhecimentos totalmente descontextualizados, mas legitimados em função





© FreeImages

da satisfação dos critérios de produtividade adotados, como levantei em meu artigo anteriormente citado.

A questão que toca aqui é: qual a responsabilidade dos programas de pós-graduação, em geral, e da Unesp, em particular, nesse estado de coisas? A meu ver, este modelo necessita ser interrompido urgentemente, sob pena de a produção científica nacional passar a ser vista internacionalmente como pseudociência e de que se continue a investir mal os recursos, em clara contradição com as necessidades da nação. Unesp, Capes, CNPq, as universidades públicas em geral, estão prestando um desserviço ao país. Porém, obviamente, é necessário ter coragem para acabar com ele. É preciso ter coragem para, mais do que dizer que o rei está nu, destroná-lo. O que eu acredito é que a Unesp tem condições de fazê-lo. A Unesp é maior do que isso que aí está. A Unesp tem condições de se impor e – ao invés de ser conivente com esse modelo e, igualmente, basear seus critérios de excelência em parâmetros quantitativos – criar uma política própria que extermine de dentro da Universidade o fatiamento, a "reprodução do mesmo", a "ciência" do comodismo, a coautoria de fachada, a fraude, a irresponsabilidade com o patrimônio público etc. A saber, sem ingenuidade, que isso é um processo de longo prazo, porque demanda, entre outras coisas, uma profunda mudança na formação dos pesquisadores. E, obviamente, é preciso criatividade, o que, a nós cientistas, não deveria faltar. É necessária uma mudança de paradigmas. Estabeleçam-se critérios que garantam o desenvolvimento de uma ciência da alta qualidade. Privilegie-se o reconhecimento individual baseado em critérios que levem em consideração a influência dos resultados no desenvolvimento da ciência brasileira, em particular, e na global, em geral. É necessário que se corra o risco de ser reconhecido pela qualidade da ciência que se produz e não pelo lixo que se acumula. Mais cedo ou mais tarde esse modelo que aí está irá reconhecer que está errado. Seria bom que não fosse tarde demais. UC

VANDERLAN DA S. BOLZANI



© Armin Kübelbeck, CC-BY-SA/Wikimedia Commons

Dia dos Químicos

A ARTE DA TRANSFORMAÇÃO

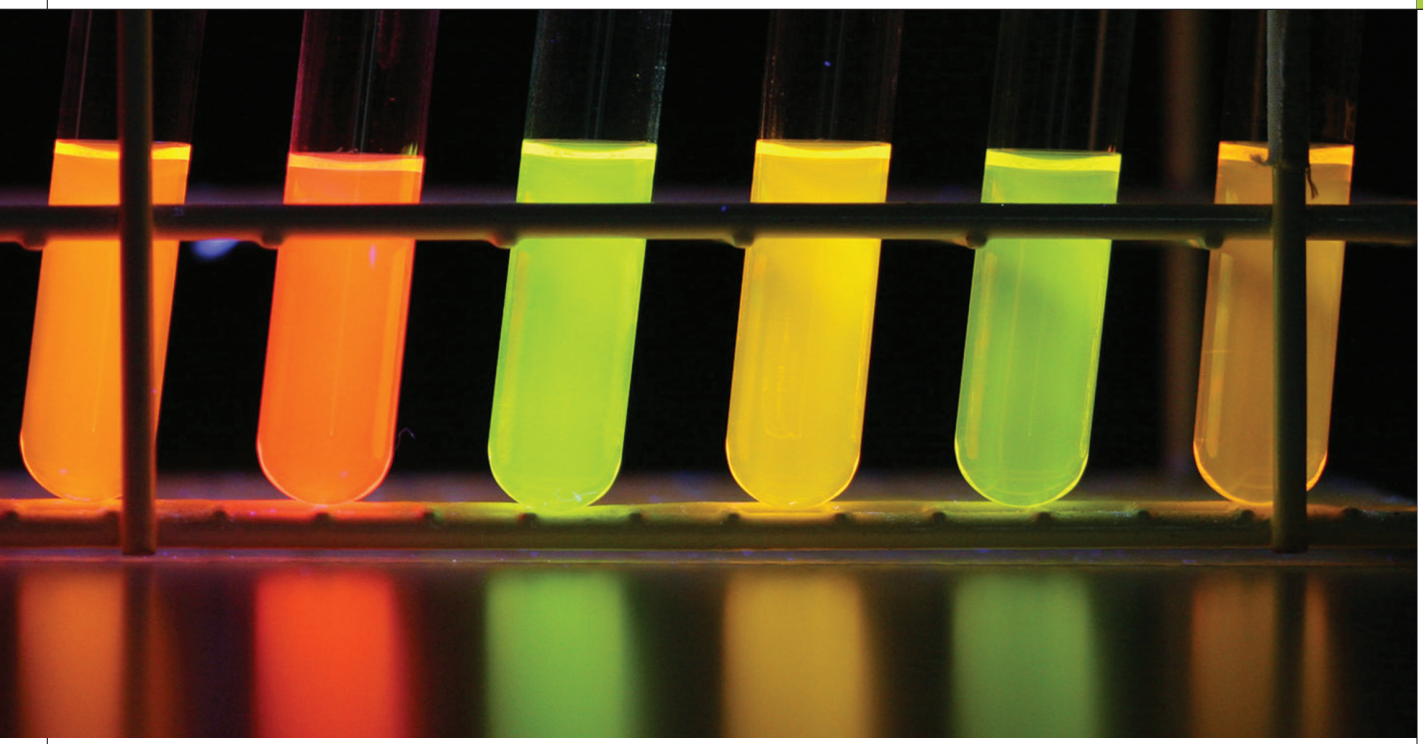
Toda matéria encontrada no universo é composta pelos elementos químicos que compõem a tabela periódica dos elementos, e esta fantástica compilação de átomos e moléculas é responsável por todas as substâncias encontradas na Terra, desde as mais simples e vitais como oxigênio, água e amônia, até as estruturas moleculares de enorme complexidade, como o DNA. Indiscutivelmente, sendo a Química é a ciência da vida na Terra, o estudo das propriedades da matéria e suas transformações é de primordial importância para o desenvolvimento humano e para o seu bem-estar atual e futuro.

NÃO HÁ PAÍS QUE CONSIGA RESPONDER AOS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SEM UMA INDÚSTRIA QUÍMICA QUE EXIBA EFICIÊNCIA NOS SETORES ESSENCIAIS

Mais de 3,5 bilhões de anos de evolução químico-biológica podem ser traduzidos pela formação de milhares de substâncias simples e complexas que compõem a vida na Terra. Tais substâncias, conhecidas como metabólitos primários e secundários, são fonte inesgotável de inspiração acadêmica e tecnológica para a criação humana. Os metabólitos secundários, ou produtos naturais, se destacam pela incomensurável contribuição que têm dado aos avanços da síntese orgânica moderna e da química medicinal, cujas infinitas aplicações marcaram definitivamente a história do homem no planeta, com destaque para os medicamentos, defensivos agrícolas, fontes renováveis de energia, materiais de higiene, alimentos, cosméticos, entre outros.

O acesso a inúmeras informações genéticas, bem como o acelerado desenvolvimento dos estudos "-oma" (Genoma, Transcriptoma, Proteoma e Metaboloma), além do crescente desenvolvimento da engenharia metabólica, tornam a química uma área de pesquisa altamente estratégica, apta a responder a inúmeras questões sobre o universo micromolecular da natureza ainda pouco conhecido, no que se refere ao seu funcionamento e interação intra- e interespecífica dos organismos que habitam os ambientes terrestres, aquáticos e marinhos.

A história da química está repleta de exemplos fascinantes de produtos que revolucionaram o mundo e, assim, nada mais justo termos um dia inteirinho para comemorar; o Dia Nacional dos Químicos (18/6). A data deve ser destacada não apenas para celebrar a importância do trabalho desses profissionais, mas especialmente para mostrar ao público a



relevância da Química como base para o desenvolvimento tecnológico sustentável, neste momento da vida da sociedade brasileira. Nas últimas décadas, o país conseguiu aumentar em grande escala o número de profissionais formados em cursos superiores e técnicos de química. Essa conquista, em que pesem as lacunas ainda existentes, foi um componente importante no processo de crescimento que levou o Brasil a se situar entre as dez primeiras economias do mundo. Não há país que consiga responder aos desafios do desenvolvimento sem uma indústria química que exiba eficiência nos setores essenciais do Brasil atual – petróleo, energia, agricultura, pecuária, fármacos, agroquímicos, novos materiais.

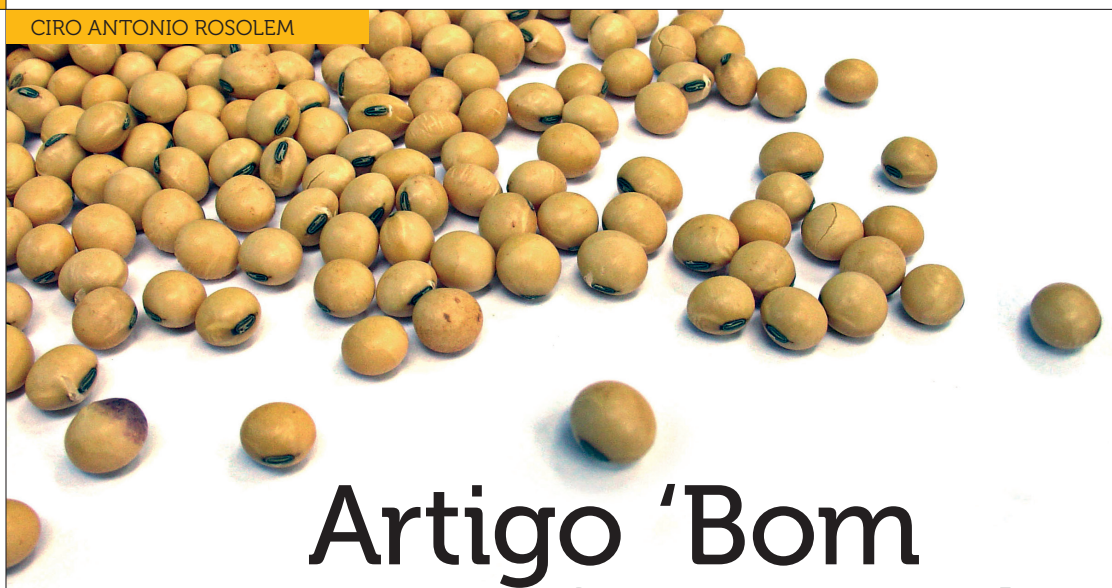
Para os mais jovens vale lembrar, entretanto, que essa trajetória foi repleta de obstáculos. Indústria e academia conviveram, ao longo de muitos anos, com sucessivas crises. Com falta de capital e tecnologias de vanguarda para o desenvolvimento empresarial, com recessão, com falta de recursos para as universidades e com momentos de amargo pessimismo. No caso da pesquisa científica, chega a ser surpreendente que o país tenha conseguido, em alguns campos, dar saltos tão significativos em quantidade e qualidade da produção. Esta é uma constatação que pode ser confirmada pelo número de pesquisadores de renomados centros internacionais interessados em realizar pesquisas em conjunto com brasileiros.

Avanços que agora parecem "naturais" foram fruto do esforço de pessoas persistentes e comprometidas com a visão de que ciência, tecnologia e inovação não são um custo para a sociedade e sim um componente insubstituível para gerar riquezas no século XXI. Nas crises, uma solução, e não um problema. Visão que, no caso do Brasil, convive com a exasperante lentidão das mudanças, este ano agravada por uma crise institucional, política e financeira preocupantes. O país levou mais de dez anos para mudar uma lei restritiva à pesquisa de sua biodiversidade, causando um atraso tecnológico substancial de um setor econômico mundialmente rentável, num país que abriga uma das maiores biodiversidades do mundo, detentor de uma riqueza molecular imensurável!

Hoje, os jovens químicos que estão nos bancos das universidades e dos cursos técnicos, ao celebrar o seu dia, como cidadãos exerçam com excelência, responsabilidade, senso e sensibilidade a profissão de químicos pesquisadores, professores, gestores, tão edificante e essencial para mudar o cenário econômico e social de nosso país. Saudações especiais aos jovens químicos. UC

Vanderlan da S. Bolzani é professora titular do Instituto de Química da Unesp de Araraquara, diretora da Agência Unesp de Inovação, conselheira da Sociedade Brasileira de Química e vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

CIRO ANTONIO ROSOLEM



Artigo 'Bom Dia, Chicago!'

"Bom Dia! Como está Chicago?" Essa tem sido a saudação entre sojicultores ultimamente. A cada respiro do clima nos Estados Unidos, a cada ajuste na previsão de produção de algo próximo de 100 milhões de toneladas de soja lá pelas bandas da América do Norte, algumas centenas de agricultores brasileiros passam do verde para o vermelho. Estaríamos iniciando um ciclo de baixos preços de commodities? Alguns economistas dizem que sim.

Os preços internacionais dos produtos agrícolas obedecem a ciclos, mediados por diversos fatores. Após um período de aumento rápido de preços, vive-se um período de vacas gordas. Mas logo em seguida vem um período de ajustes, quando os preços sobem menos, e depois sofrem queda. Muito bem. Alguns economistas apontam fortes evidências de que o pico de alta teria passado e, agora, enfrentaríamos um período de baixa. Até aí, tudo normal. É cíclico. O problema é o que aconteceu, ou deixou de acontecer, durante a bonança.

O desenvolvimento da agricultura brasileira é conhecido e hoje reconhecido. Ganhos em eficiência, em tecnologia e em escala compensaram a primeira onda de diminuição de preços. Entretanto este elástico está no fim. Quase arrebentando. Apesar de ainda haver algum aumento na produtividade média da soja no Brasil, no Mato Grosso, onde se tem as maiores produtividades, ela tem oscilado de 3.000 a 3.200 kg/ha há aproximadamente 10 anos. Está estagnada. Por outro lado, os ganhos em produtividade foram engolidos pelos altos custos logísticos, tributários e trabalhistas. Enquanto isso, com as obras públicas emPACadas, tome conversa eleitoreira.

O ciclo de alta, mais a evolução da tecnologia e da gestão agrícola, permitiram à agricultura brasileira viver um ciclo virtuoso, onde o crescimento econômico foi acompanhado da melhoria na sustentabilidade dos sistemas e do respeito ambiental. O grande exemplo são os sistemas integrados. Entretanto, segundo levantamento da Embrapa, boa parte da soja brasileira é produzida em áreas marginais para a cultura. Também a rotação com pastagem, ou florestas, se dá, na maioria das vezes, em áreas marginais de cultivo. Isso quer dizer: custo alto. Daí muitos agricultores oscilarem entre o verde e o vermelho a cada Bom Dia, Chicago!

Mas a China não tem conseguido produzir toda soja de que precisa. E vai precisar mais. É um indicativo de que, talvez, aquisições chinesas contenham a queda livre dos preços. Os americanos estão de olho nesse mercado, e têm mostrado competência em negociar suas safras. De qualquer modo, as obras necessárias teriam mais um tempo para desemPACarem no Brasil, que assim manteria a competitividade. UC

Ciro Antonio Rosolem é vice-presidente de Estudos do Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS) e professor titular da Faculdade de Ciências Agronômicas da Unesp de Botucatu.



© Café/Cândido Portinari (1935)

Família e cooperativismo

PESQUISA BUSCOU CONHECER IMPACTO NO COTIDIANO DAS FAMÍLIAS

Cristiane Olegário Barbosa apresenta, na Unesp de Franca, a dissertação de mestrado *Família e Cooperativismo: O Ethos cooperativista na região de Franca/SP.*

O presente trabalho apresenta a pesquisa desenvolvida que buscou conhecer o impacto do cooperativismo no cotidiano das famílias membros de uma cooperativa na região de Franca, com a intencionalidade de identificar a força do cooperativismo como uma forma de desenvolvimento econômico e social e de saber se os sujeitos membros da cooperativa têm ciência e entendimento sobre a proposta cooperativista.

A primeira parte do texto aborda o histórico do Cooperativismo na região de Franca/SP através da história da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas, universo da pesquisa, e do seu produto, o café, fruto do trabalho dos mais de dois mil cooperados da instituição. O trabalho traz uma discussão sobre as famílias e o trabalho na sociabilidade capitalista, apresentando o núcleo familiar como elemento fundante desta sociedade e partícipe importante das relações de produção no cotidiano social.

A historicidade cooperativista foi descrita desde o início em Rochdale, na Inglaterra, até sua estrutura moderna atual, como os empreendimentos cooperativos, seus ramos de atuação e sua representação no mundo. E, de forma especial, os princípios cooperativistas divulgados pelo modo desenvolvimento econômico e social.

A segunda parte do trabalho se propôs a dissertar sobre a cultura dita cooperativista e a forma de vivenciar tais princípios e a prática econômica coletiva.

A dissertação propõe também uma leitura evidenciando as contribuições do cooperativismo para o desenvolvimento de valores como cidadania, cooperação e educação para as famílias e a sociedade. Por fim, aponta as dimensões do trabalho profissional do Assistente Social, a materialização do referencial teórico no exercício profissional e a árdua tarefa de construir a identidade profissional buscando superar as adversidades no trabalho com as famílias e a cooperativa.

Os temas abordados no texto são elementos fundantes do mundo do trabalho: a família como produtora e reprodutora da vida e do trabalho e o cooperativismo como modo de trabalho coletivo. UC

Comissão Examinadora
Ana Cristina Nassif Soares – FCHS/Franca – Orientadora
Helen Barbosa Raiz Engler – Orientadora
Marta Regina Farinelli – UFTM

EDMAR JOSÉ SCALOPPI



Alternativas para aumentar o volume de água em reservatórios

PARA SATISFAZER A FORMA MAIS DESEJÁVEL DE ARMAZENAMENTO, DEVEM-SE PROPORCIONAR CONDIÇÕES FAVORÁVEIS PARA A INFILTRAÇÃO

O cenário de escassez hídrica é muito oportuno para se identificar alternativas capazes de aumentar a disponibilidade desse recurso natural insubstituível, procurando reduzir os reconhecidos efeitos adversos em situações recorrentes.

A água proveniente das chuvas pode ser armazenada em reservatórios superficiais ou subterrâneos. Sem dúvida, os aquíferos freáticos e artesianos constituem a forma mais desejável de armazenamento, pela melhor qualidade da água e nenhuma evaporação. Para tanto, a água precipitada deve se infiltrar no solo. A quantidade não infiltrada acaba escoando sobre a superfície, acumulando-se até os limites impostos nos reservatórios naturais ou desenvolvidos, ou então, integrando-se aos córregos e rios.

Para satisfazer a forma mais desejável de armazenamento, devem-se proporcionar condições favoráveis para a infiltração, as quais, infelizmente, tornam-se impraticáveis na maioria dos ambientes urbanos, quase sempre impermeabilizados. Portanto, resta a alternativa de desenvolver essas condições em ambientes naturais.

Evitar ou controlar o escoamento da água proveniente das chuvas é um princípio básico na conservação do solo e da água. Para tanto, recomenda-se, primeiramente, dissipar a energia cinética associada à precipitação das gotas, para evitar a desagregação e o arrastamento das partículas superficiais do solo, com uma densa cobertura vegetal. Existem evidências revelando que as vegetações rasteiras, densamente distribuídas na superfície, desempenham



© Martin St-Amant/Wikipedia

mais efetivamente essa função que as vegetações arbustivas ou arbóreas, mais espaçadas.

Atingindo a superfície, a água pode se infiltrar, desde que a intensidade de precipitação não exceda a capacidade do solo absorver água. A quantidade infiltrada que permanece retida na camada superficial torna-se disponível para a transpiração dos vegetais. Excedendo, porém, a profundidade das raízes, incorpora-se à superfície freática, onde ocorre o armazenamento e um lento escoamento subterrâneo em direção às nascentes, abastecendo continuamente os reservatórios superficiais e cursos d'água, mesmo durante longos períodos de estiagem.

A reconstituição da "mata ciliar" no entorno de reservatórios e cursos d'água pode enfrentar algumas dificuldades operacionais. Em geral, a designação "mata" envolve a predominância de árvores e, contrariando a crença generalizada, não está comprovada a necessidade da introdução de espécies arbóreas, muitas vezes pouco adaptadas às condições das áreas de preservação. Talvez a reconstituição da vegetação natural, adaptada, já existente naquele habitat, fosse suficiente para promover o aumento desejável na infiltração e a redução dos processos erosivos responsáveis pelo assoreamento. Bastaria apenas impedir a degradação dessas áreas de preservação para permitir sua recuperação espontânea.

EVITAR OU CONTROLAR O ESCOAMENTO DA ÁGUA PROVENIENTE DAS CHUVAS É UM PRINCÍPIO BÁSICO NA CONSERVAÇÃO DO SOLO E DA ÁGUA

Além disso, as espécies arbóreas conseguem manter a transpiração por maiores períodos que as espécies rasteiras, em função da maior extensão de suas raízes. Basta comparar o aspecto dessas árvores com a vegetação rasteira durante a estação seca. Raízes profundas são capazes de extrair água a maiores profundidades, contribuindo para o rebaixamento da superfície freática. Ao contrário, a vegetação de baixo porte interrompe o seu ciclo vegetativo quando a umidade é reduzida na camada superficial do solo, preservando, assim, a água existente no subsolo. UC

Edmar José Scaloppi é professor titular da Faculdade de Ciências Agronômicas da Unesp de Botucatu.

Este artigo foi publicado originalmente no *Estadão Noite* de 27 de janeiro de 2014.

LAÍS AZEREDO ALVES



© Chello Fotógrafo

Desafios do ir e vir

PESQUISADORA DO PROGRAMA SAN TIAGO DANTAS DISCUTE, EM DOIS TEXTOS, FINS POLÍTICOS E AÇÕES QUE DESRESPEITAM OS DIREITOS HUMANOS

Laís Azeredo Alves é pesquisadora em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp – Unicamp – PUC/SP), do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Deslocados Ambientais (NEPDA) e do Grupo de Estudos sobre Defesa e Segurança (GEDES).

Este artigo foi publicado originalmente no *Estadão Noite* de 10 de junho de 2015.

DESCONSTRUÇÃO DA 'ILEGALIDADE' DO IMIGRANTE

Determinadas expressões merecem ser revistas e problematizadas, especialmente quando o significado é utilizado para fins políticos ou em justificativa de ações que desrespeitam direitos humanos. É o caso do que se convencionou chamar de "imigrante ilegal" ou "clandestino".

Observemos o seguinte caso: quando um estrangeiro entra em um determinado país sem a documentação correta ou quando ultrapassa o período determinado em seu visto, ele é enquadrado na categoria de irregular. É recorrente, todavia, a utilização da nomenclatura citada anteriormente, que remete a uma ideia de ilegalidade, de posição ameaçadora da lei e da ordem, em que o imigrante indocumentado passa a representar uma afronta ao Estado por ter desrespeitado sua decisão soberana de decidir quem pode e quem não pode entrar em seu território.

Nesse sentido, a partir de uma assimilação entre ilegalidade e ameaça, o imigrante passa a ser tratado como um criminoso. A infração que deveria estar inserida no âmbito administrativo é tratada, de forma cada vez mais recorrente, como penal. Essa criminalização, muitas vezes, leva a um perigoso limbo político que pode sujeitar o imigrante a um processo de exclusão e até mesmo de desumanização, inserindo-o em uma situação de enorme vulnerabilidade e de violação de direitos, quais sejam o impedimento de solicitar refúgio, o aprisionamento arbitrário e a ausência de um devido processo legal.

Em diversas partes do mundo – Itália, Espanha, Inglaterra, Austrália, por exemplo – essa situação tem se repetido, o que ensejou a criação de uma denominação específica: "crimigração". É parte desse processo o encarceramento dos imigrantes em centros de detenção gerenciados por empresas terceirizadas, em que o estado de exceção e a violação de direitos prevalecem. No entanto, não se questiona como se constrói essa categoria de irregularidade e consequentemente "ilegalidade".

É problemático tratar a imigração indocumentada como uma opção livre e espontânea do imigrante. Apesar de ocorrer, muitas vezes, conscientemente, a opção por um deslocamento de maneira irregular significa tornar-se mais vulnerável, sujeito a violações e sem poder solicitar ajuda ao Estado onde se encontra. Nesse caso, há diversos fatores que influenciam no aumento desse tipo de imigração, que por vezes conta com a forte atuação de grupos criminosos – como coiotes e traficantes de pessoas –, e o principal deles é a dificuldade de se conseguir migrar por vias legais, em razão de vários obstáculos que são impostos a estas pessoas.

Tampouco é questionado o quanto esse discurso é utilizado como plataforma política. Já diria o sociólogo Zygmunt Bauman: "Se não houvesse imigrantes batendo às portas, eles teriam de ser inventados, uma vez que 'eles fornecem aos governos um outro desviante ideal, um alvo muito bem-vindo para 'temas de campanha selecionados com esmero'".

É necessário relembrar que nas eleições de 2013, o presidente eleito da Austrália tinha como proposta impedir que os barcos provenientes da Indonésia, repletos de imigrantes econômicos e de pessoas em situação de refúgio do Iraque e Afeganistão, chegassem à costa australiana. Os que não tivessem permissão de retornar a seus países de origem, seriam alocados em centros de detenção nas ilhas Nauru e Papua Nova Guiné. Na mesma linha, o embaixador italiano na Polônia, Alessandro de Pedys, afirmou que muitos imigrantes que chegam à Itália representam uma ameaça à segurança da Europa, em termos de terrorismo, infiltração criminosa e peso para a economia.

EM DIVERSOS PAÍSES,COMO NA ITÁLIA, MIGRAR IRREGULARMENTE TORNOU-SE INFRAÇÃO PENAL, PUNÍVEL COM DETENÇÃO

Vítimas de conflitos violentos, de perseguição, seres humanos em busca de paz e de sobrevivência. Nos esquecemos que as causas de muitos desses deslocamentos têm raízes históricas no período colonial e na exploração das potências sobre seus recursos. Quantos fluxos de imigrantes foram influenciados pelo jogo no tabuleiro internacional que decide, de acordo com interesses de alguns, onde e quando intervir ou não?

Que ameaça eles representam, afinal? A de mostrar aos detentores do poder que suas ações e omissões ocasionaram consequências. E que os "refugos" humanos, antes aprisionados nos países pobres, alcançaram suas fortalezas e almejam usufruir do estado de bem-estar social financiado, muitas vezes, com a riqueza e com o sangue de seus conterrâneos.

Lidar com os fluxos migratórios por uma perspectiva de segurança é desleal. É querer deturpar a história em uma tentativa pérfida de transformar vítimas em algozes.

ADMINISTRAÇÃO DE FLUXOS MIGRATÓRIOS

A chegada de milhares de imigrantes à costa italiana nas últimas semanas traz à tona uma realidade que precisa ser refletida e debatida. Há anos esse fluxo de imigrantes, que utilizam o Mediterrâneo como meio de chegada, vem ocorrendo. Especialmente depois que a União Europeia, a partir do Acordo de Schengen (em vigor desde 1995) – que permite o livre trânsito entre os países signatários –, resolveu que para garantir a segurança na livre circulação interna era necessário fortalecer as fronteiras externas. Dessa forma, entrar de maneira regular e convencional em qualquer membro do bloco europeu tornou-se mais difícil, sobretudo quando o país de origem desse imigrante é menos desenvolvido.

Dessa forma, imigrantes econômicos, provenientes das antigas colônias, buscando melhores condições de vida, nessas que já foram suas grandes metrópoles exploradoras, não encontram um caminho fácil de travessia. Nas mesmas condições, vítimas de regimes opressores, de conflitos violentos, pessoas em situação de refúgio, vítimas de perseguição, que correm



© Noborder Network/Sara Prestianni/africacenter.org

Migrantes que chegaram na ilha de Lampedusa, em Agosto de 2007

risco de morte em seus países também não encontram na União Europeia o necessitado e almejado refúgio. Na realidade, encontram o descaso, como a substituição de uma operação de salvamento mais ampla (Mare Nostrum) por outra (Triton) com um orçamento três vezes menor e com restrita área de atuação; encontram a acolhida em centros de detenção, como criminosos, onde direitos humanos muitas vezes não se aplicam a imigrantes. Destaca-se, todavia, que entre os princípios fundadores do bloco europeu encontram-se, além da defesa da democracia e do estado de direito, a promoção e a proteção dos direitos humanos.

A práxis contradiz a teoria. A opção pela restrição migratória e, em muitos casos, pelo tratamento do imigrante irregular como ameaça levou a política europeia a tornar uma questão social e histórica como um problema da esfera criminal e de segurança. Em diversos países, como na Itália, migrar irregularmente tornou-se infração penal, punível com detenção, e, além disso, certos grupos de imigrantes são vistos como uma ameaça ao estado de bem-estar social, a uma suposta homogeneidade cultural e à estabilidade sociopolítica dos países. Nesse sentido, essa percepção legitima medidas violentas e que violam direitos humanos e normas do Direito Internacional dos Refugiados, como a prática de refoulement – quando o solicitante de refúgio ou refugiado é devolvido ao seu país de origem, onde pode estar sujeito a perigo e perseguição. Essa abordagem só incentiva a atividade dos traficantes de pessoas, que se aproveitam dessas restrições para lucrar com suas rotas.

LIDAR COM OS FLUXOS MIGRATÓRIOS POR UMA PERSPECTIVA DE SEGURANÇA É DESLEAL. É QUERER DETURPAR A HISTÓRIA EM UMA TENTATIVA PÉRFIDA DE TRANSFORMAR VÍTIMAS EM ALGOZES

Essa opção política do bloco europeu não é pela busca de soluções concretas, mas sim de paliativas. O retorno forçado de milhares que arriscaram suas vidas e que gastaram todas as suas economias nessa jornada não vai impedir que outros venham ou que esses mesmos retornem. É preciso desconstruir essa ilusão de que a imigração vai cessar com a adoção de medidas restritivas e draconianas. Enquanto perdurarem as causas do deslocamento – quer sejam originárias dos países de origem; quer sejam da demanda pela mão de obra desses imigrantes nos países de destino – o deslocamento humano pela busca de direitos permanecerá. Deste modo, é preciso lidar com a realidade de forma efetiva, ao invés de lutar contra os fluxos, aprender a administrá-los. UC

Este artigo foi publicado originalmente no *Estadão Noite* de 7 de maio de 2015.

NELSON PEDRO-SILVA



Inteligência artificial, educação e psicologia

OS HUMANOS SÃO OS SERES MAIS IMPREVISÍVEIS DO PLANETA

Recentemente foi lançado um novo filme de ficção: *Chappie* (direção de Neill Blomkamp). Basicamente, o filme problematiza a inteligência artificial, isto é, a consciência sintética e a relação homem-máquina. Esse assunto não é novo no mercado cinematográfico, talvez os exemplos mais emblemáticos sejam: o do computador Hall 9000 (*2001 – Uma Odisseia no Espaço*); o contagiante e aclamado *Wall-E*; o violento *Robocop*; a ficção *Inteligência Artificial*; e o belo e triste filme *Ela*, que tematiza a relação entre o homem contemporâneo e a tecnologia. Mais remotamente temos *Blade Runner* e a franquia *X-Men* (apesar de as personagens não serem androides, evidencia a nossa dificuldade em lidar com seres dotados de poderes sobre-humanos).

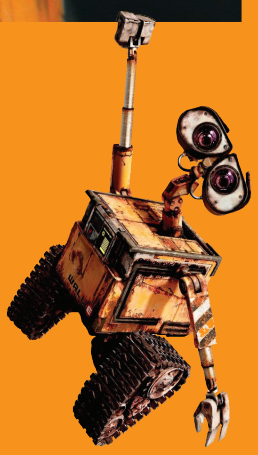
Quanto à história, num futuro não muito distante, a África do Sul está assolada pela violência. Diante disso, os policiais de carne e ossos são substituídos por androides. Acontece que um funcionário rival, aliado ao desejo de possuir o que o outro tem, acaba por desenvolver uma máquina mais mortal. O problema é que – alheio a essa intenção – outro cientista cria o robô Chappie, que pensa por si mesmo e segue como parâmetro o respeito aos princípios robóticos escritos por Isaac Asimov (1020-1992) sobre a não agressão aos seres humanos; aspecto que foi tematizado em o *Homem Bicentenário* e *Eu, Robô* (neste, o computador central chega à conclusão de que o homem é o maior perigo a tais leis).

Do ponto de vista das concepções acerca dos



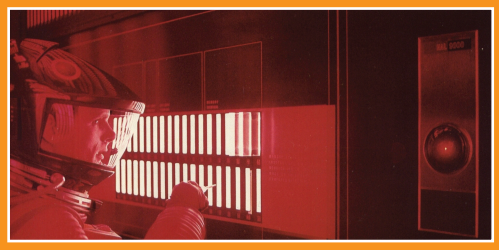
fatores que determinam as condutas humanas, o roteirista Sharlto Copley problematiza a influência do meio na formação da personalidade de Chappie. Como ele foi sequestrado por criminosos, acabou sendo, também, educado para ser um "gângster-rapper", assumindo o mesmo modo de falar e de agir da quadrilha. O resultado é um robô inocente, violento, engraçado e existencialista, capaz de escrever poemas e pintar quadros; qualidades que o fazem ser adorado pelos que assistiram à película.

Acredito que isso ocorra porque eles (os androides) funcionam como um retrato do que desejamos ser. Queremos ser inocentes, violentos (quando necessário), engraçados e existencialistas. Estas duas últimas "qualidades", lembro ao leitor, estão fora de moda: uma, por causa



WALL-E
(2008 – Dirigido por: Andrew Stanton)

CONFIRA A LISTA DE FILMES



2001 – Uma Odisseia no Espaço
(1968 – Dirigido por: Stanley Kubrick)



RoboCop – O Policial do Futuro
(1987 – Dirigido por: Paul Verhoeven)



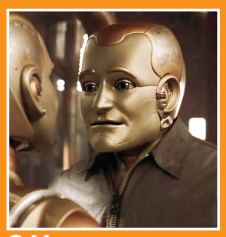
A.I. – Inteligência Artificial
(2001 – Dirigido por: Steven Spielberg)



X-Men – O Confronto Final
(2006 – Dirigido por: Brett Ratner)



O Sexto Dia
(2001 – Dirigido por: Roger Spottiswoode)



O Homem Bicentenário
(2000 – Dirigido por: Chris Columbus)



Eu, Robô
(2004– Dirigido por: Alex Proyas)

NELSON PEDRO-SILVA

da ditadura do politicamente correto; a outra, porque estamos a viver a cultura do tédio, da falta de sentido. Além disso, há a apologia feita aos heróis. Invejamo-los, pois gostaríamos de ser verdadeiros super-homens. Há, ainda, o convite que tais filmes nos fazem acerca da reflexão sobre o futuro.

Não se pode desprezar, também, que androides, como Chappie – apesar de serem diferentes de nós em vários aspectos –, não apresentam variedades que incomodam a nossa boa e hipócrita moral. Eles não são gays, afrodescendentes, muçulmanos, cristãos, não distinguem as pessoas com base em critérios como beleza, prestígio financeiro e social.

Acontece que se por um lado os adoramos, por outro, nutrimos receio e medo. Por quê? Porque é natural o medo do novo. Porque tais robôs indiciam a nossa superação como seres que estão no topo da cadeia evolucionista. Os androides, de forma nua e crua, nos informam a respeito da decretação da nossa própria extinção e, indiretamente, da extinção de Deus (considerando que todos nós fomos feitos segundo a sua imagem).

A esse respeito, os filmes da série *X-Men* são exemplares. Não lidamos bem com o diferente, sobretudo quando ele parece nos superar. Veja o caso da velocista indiana Dutee Chand, que foi proibida de competir pela Federação Internacional de Atletismo com a justificativa de que seu corpo produz mais hormônios masculinos do que o limite estabelecido. Temos, igualmente, o caso do velocista amputado Oscar Pistorius cuja participação em competições, ao lado dos julgados normais, foi vista com desconfiança. Basearam-se no fato de que a prótese lhe daria vantagem (a propósito: veja como o problema do preconceito em relação aos deficientes evidencia o medo que temos deles).

Soma-se o fato de que, com tais seres, resolvemos o problema da explicação da alma e da vida, tornando caduca a pergunta "De onde viemos e para onde vamos?".

Ainda mais: como escreveu Stendhal, buscamos o diferente para transformá-lo num igual e, quando isso não ocorre, ou seja, quando o



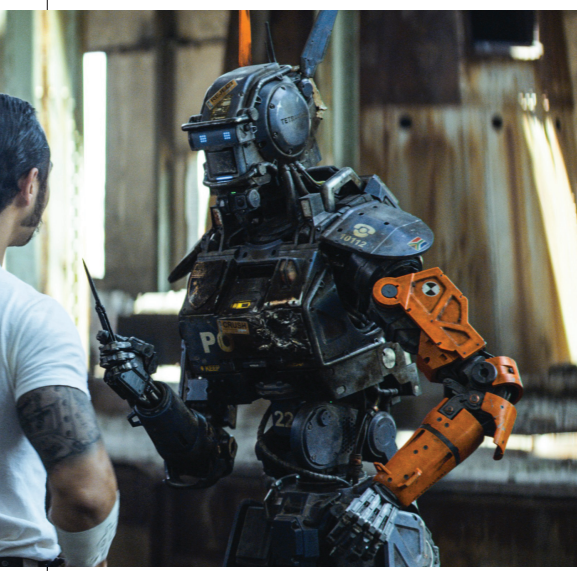


Os robôs não envelhecem. Eles podem até ser superados por máquinas mais eficientes, mas – de qualquer forma – concretizam o nosso sonho da beleza e da juventude eternas









diferente – ao se relacionar conosco – chega a nos superar, inventamos várias explicações para que ele seja exterminado. Entre elas, argumentamos que tais seres são passíveis de descontrole, a ponto de nos destruírem. O problema é que nós próprios somos os seres mais imprevisíveis da Terra.

Tampouco se sustenta o argumento de que eles são feitos de metal. Nós, de carne e ossos, cada vez mais temos buscado nos relacionar com máquinas, a ponto de estarmos substituindo as relações amorosas e sexuais genuínas pelas virtuais. Veja o caso de adolescentes japoneses

OS ANDROIDES, DE FORMA NUA E CRUA, NOS INFORMAM A RESPEITO DA DECRETAÇÃO DA NOSSA PRÓPRIA EXTINÇÃO E, INDIRETAMENTE, DA EXTINÇÃO DE DEUS

– os okatu – que preferem a literatura mangá e os computadores ao "sexo real". Sequer precisamos ir para o outro lado do mundo para notar que também já fizemos essa opção. Basta que reflitamos sobre a possibilidade de vivermos sem o computador pessoal. As películas *Demolition Man* e *O sexto dia* parecem anunciar como se darão as relações afetivas sexuais em um futuro não muito distante (se é que isso já não está ocorrendo).

O medo também decorre da diminuição de nossa autoestima (já em frangalhos). Os robôs não envelhecem. Eles podem até ser superados por máquinas mais eficientes, mas – de qualquer forma – concretizam o nosso sonho da beleza e da juventude eternas.

Acontece que tais críticos parecem esquecer-se do quanto já estamos integrados às máquinas. Além da nossa dependência aos notebooks e celulares, usamos óculos e implantamos peças de metal em nossos corpos (as quais têm funcionado até melhor do que as naturais). Quem sabe, não precisamos de uma delas, só que fixada em nossos cérebros. Talvez, assim, passemos a gostar de gente a ponto de não mais usá-la como meio para satisfazer nossas vontades. UC

Nelson Pedro-Silva é professor doutor de Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Assis e autor de *Indisciplina e Bullying*; e *Ética, Indisciplina & Violência nas Escolas* (ambos publicados pela Editora Vozes).

Este artigo foi publicado originalmente no *Estadão Noite* de 1 de junho de 2015.

RAFAEL R. MASSUIA



© Pixabay

Sete ensaios sobre o Brasil

LIVRO PROPICIA CONHECIMENTO DO PROCESSO HISTÓRICO BRASILEIRO POR UM ENFOQUE SOCIOPOLÍTICO

O livro *Política, relações sociais e cidadania*, publicação conjunta da Fundação Astrojildo Pereira, Fundazione Istituto Gramsci e editora Contraponto, desenvolvido a partir da tese de livre-docência de José Antonio Segatto, constitui-se de sete ensaios que agem no intuito de fornecer-nos um conhecimento do processo histórico brasileiro a partir do enfoque sociopolítico desenvolvido ao longo de anos de atividade de pesquisa e docência do autor, professor titular da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara.

Longe de constituírem-se como textos difusos, os ensaios possuem um mesmo questionamento de fundo: como compreender as relações sociais e políticas a partir de uma perspectiva genuinamente emancipadora, para além da formalidade e banalidade que muitas vezes importantes conceitos como cidadania ou democracia ocupam nos debates, acadêmicos ou não, em nossa sociedade tardo-capitalista? Como na maioria dos casos, não existem respostas ou soluções máximas para a grande questão que ocupa parte privilegiada da obra de importantes intelectuais há, pelo menos, dois séculos; porém, ao leitor mais cuidadoso, não passarão despercebidas algumas ricas indicações no âmbito dessa problemática teórica e prática.

Duas das referências teóricas que orientam as indagações de Segatto se apresentam antes mesmo do início do livro, estampadas na dupla epígrafe: trata-se de dois importantes nomes da teoria política (em distinção à ciência política estadunidense, com características que a distanciam da reflexão política desenvolvida a partir de Aristóteles, passando por Maquiavel, Rousseau, entre outros), o italiano Antonio Gramsci e o brasileiro Carlos Nelson Coutinho. Ambos notadamente enraizados na tradição teórica inaugurada pelos pensadores alemães Karl Marx e Friedrich Engels,

RAFAEL R. MASSUIA



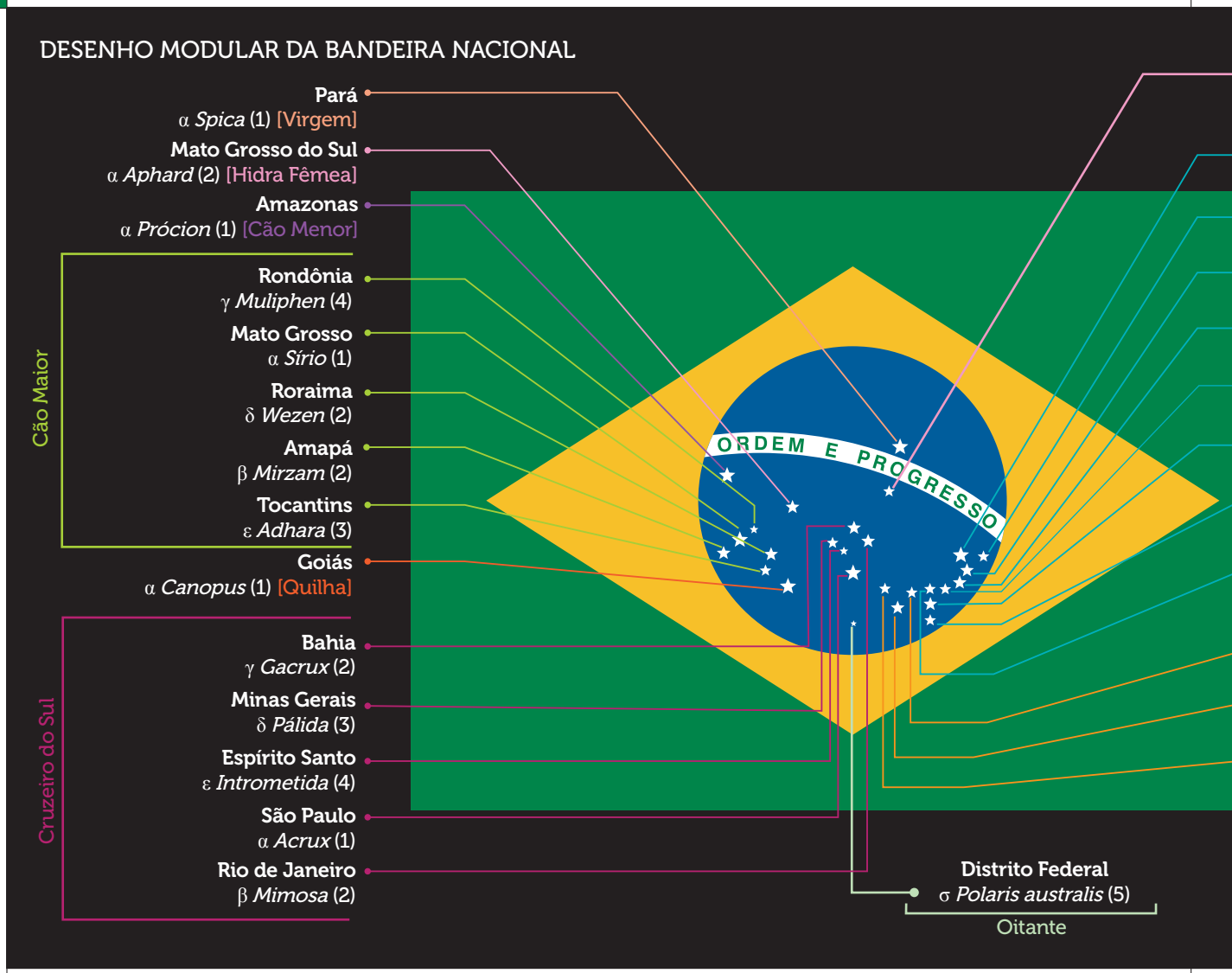


© Eurico Zimbres/Wikimedia Commons

a reflexão teórica – tanto para o autor do volume a que nos propomos resenhar, quanto para suas referências centrais – vai além de sua vocação meramente escolástica, visando fornecer um entendimento transformador da realidade social.

Os três primeiros ensaios, notadamente "Cidadania e Democracia em Perspectiva Histórica", "Cidadania e Política" e "Cidadania de Ficção", ainda que por diferentes abordagens, configuram um esforço de ir além da já referida dessubstancialização do conceito de cidadania, lançando novas perspectivas para uma reflexão emancipatória a partir do imperativo de universalização da apropriação dos bens sociais pela população. Naturalmente, não se trata de tarefa simples, o que não deixa de ser apontado pelo autor. Ao longo do processo histórico de constituição de nossa nação, o direito ao acesso a elementos mais básicos de cidadania foi cerceado pela generalização de práticas coronelistas, de corte clientelista e patrimonialista – práticas que, com o advento da modernização da sociedade, com o início da República, da industrialização, ao contrário de extinguir-se, reinventam-se (em alguns casos, inclusive, mantendo-se assustadoramente próximas de suas configurações originais, como as diversas denúncias de trabalho escravo por parte de pessoas com amplo prestígio nos altos círculos sociais o atestam). Como o próprio autor pontua, de forma esclarecedora, em texto publicado no *Estadão* (SEGATTO, 2015b), o patrimonialismo nada mais é que "[…] um prolongamento do patriarcalismo no Estado, daí derivando o desapreço pela impessoalidade na gestão da coisa pública". Um lugar privilegiado para observarmos o autoritarismo recorrente no processo histórico brasileiro é a obra de escritores como Machado de Assis, Lima Barreto, Graciliano Ramos, Mário de

O NOVO LIVRO DE SEGATTO VEM COMO UMA ESPÉCIE DE LEMBRETE DE QUE OS GRANDES QUESTIONAMENTOS NÃO DEIXARAM DE EXISTIR



Andrade etc., como o instigante ensaio "Cidadania de ficção" o atesta.

O quarto ensaio, "Estado, Trabalhadores e Direitos Sociais", por sua vez, apresenta-se como o mais deslocado do volume – o que não significa dizer o menos relevante, talvez até o contrário –, já que os três últimos, que pretendemos tratar na sequência, possuem temática em comum. No referido ensaio, o autor discute o "novo sindicalismo" que, ao contrário do que muitos defendem (ou defendiam), já manifestava desde sua origem sérias limitações em suas análises e propostas, descambando para um espontaneísmo de corte corporativista, numa palavra, já possuía uma orientação teórica e prática para o que se solidificaria como uma espécie de "sindicalismo de resultados". Como a questão em torno da promiscuidade da relação entre Estado e sindicatos o atesta. Fortemente combatida pela CUT e pelo PT, ao chegar ao poder, numa espécie de redenção e reabilitação do "Estado varguista", passam a adotar essas mesmas ideias e práticas que antes combatiam. Segundo Segatto (2015a, p. 161), as centrais sindicais "[...] tornadas correias de transmissão do 'Estado lulista' e indistintas entre si – doravante legitimadas pela CLT – passaram a confraternizar-se en-

PARA ALÉM DO MITO DO "CAVALEIRO DA ESPERANÇA", SURGIDO NO ÂMBITO DO "TENENTISMO", PRESTES NOS É APRESENTADO COMO UM POLÍTICO REPLETO DE DUBIEDADES



tre si no Ministério do Trabalho [...]", local privilegiado onde passaria a ocorrer a repartição de poderes e verbas.

Como mencionado anteriormente, os últimos três ensaios do volume apresentam grande proximidade, pois tratam do movimento comunista no Brasil, de sua gênese aos seus desdobramentos. Quanto à fundação da Seção Brasileira da Internacional Comunista, na forma do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em congresso realizado no Rio de Janeiro em 25 de março de 1922, em caráter de urgência em função dos desdobramentos da Revolução de Outubro, o autor não deixa de indicar o caráter problemático, em decorrência da orientação oficial do marxismo-leninismo e da composição majoritariamente anarquista de seus quadros (que se pense em Astrojildo Pereira).

Quanto à estratégia para a realização da revolução socialista no país, são hoje amplamente conhecidos e discutidos os equívocos da estratégia adotada que, visando aplicar as diretivas da III Internacional, determinava, para os casos das ex-colônias, a necessidade de uma transição para a "fase" capitalista, antes da possibilidade de criação das condições para uma transição genuinamente socialista. Por consequência, para esse intento, era mandatória a realização de uma


PROGRESSO



© Os Candangos, de 1959 – José Cruz/Agência Brasil

aliança com os "setores progressivos" da burguesia nacional. A compreensão da inviabilidade dessa estratégia, entretanto, tragicamente, só veio de forma tardia. A oxigenação requerida só viria no fim dos anos 1950, com a "política de frente democrática", simbolizada pela "Declaração de Março de 1958". No entanto, o regime ditatorial do pós-1964 mostrou-se particularmente cruel ao PCB que, diante de crescentes cisões, teve na queda do "socialismo real" seu golpe de misericórdia e muitas daquelas ideias não puderam ser colocadas efetivamente em prática naquele momento.

Por fim, tratando de Luís Carlos Prestes, o autor realiza breve síntese de sua vida política, que de certa forma retoma os principais momentos, positivos e negativos, do movimento comunista no país. Para além do mito do "Cavaleiro da Esperança", surgido – e, muitas vezes, confundindo-se com ele – no âmbito do "tenentismo", Prestes nos é apresentado como um político repleto de dubiedades. Como aponta Segatto (2015a, p. 213), em relação à "política de construção da hegemonia por meio da democracia", se, de um lado, Prestes discordou de suas posições, o partido buscou incorporá-las, ainda que tenha encontrado resistências internas. E, como não podia ser de outra forma, em 1990, "[...] a morte do velho herói coincidiu com a morte do velho 'socialismo real' de modelo stalinista". A tarefa de reconstrução do movimento comunista, a partir das novas determinações postas pelo complexo e contraditório movimento do real, estava (re)posta.

AO LONGO DO PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DE NOSSA NAÇÃO, O DIREITO AO ACESSO A ELEMENTOS MAIS BÁSICOS DE CIDADANIA FOI CERCEADO PELA GENERALIZAÇÃO DE PRÁTICAS CORONELISTAS, DE CORTE CLIENTELISTA E PATRIMONIALISTA

Em tempos de empobrecimento teórico e de rechaçamento dos grandes temas, o novo livro de Segatto vem como uma espécie de lembrete de que os grandes questionamentos não deixaram de existir, somente deixam, cada vez mais, de ser discutidos no ambiente acadêmico e pela sociedade como um todo. É preciso recuperá-los – e o presente livro configura importante esforço nesse sentido. UC



O livro ***Política, Relações Sociais e Cidadania*** José Antônio Segatto; Editora Contraponto; 227 páginas; R$ 18

Mais informações www.contrapontoeditora.com.br

REFERÊNCIAS

SEGATTO, J. A. *Política, relações sociais e cidadania.* Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/ Contraponto, 2015.

___. Patrimonialismo renitente. *Estadão*, São Paulo, 4 mar. 2015. Opinião. Disponível em: <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,patrimonialismo-renitente-imp-,1643977>. Acesso em: 16/6/2015.

JUAREZ TADEU DE PAULA XAVIER



© Tomaz Silva/Agência Brasil

Violência engole as próximas gerações

HOMICÍDIO DE JOVENS, NEGROS E POBRES É O PRINCIPAL INDICADOR DA SEGREGAÇÃO RACIAL



Diversas entidades realizaram a campanha Jovem Negro Vivo, no Complexo da Maré. A mobilização chama a atenção para o alto número de assassinatos de jovens negros no país

ESFINGE QUE DEVORA A VIDA DE JOVENS NEGROS

JUAREZ TADEU DE PAULA XAVIER

Ele ceifa a criatividade dos segmentos jovens do país, de forma desenfreada e impune. Seu "braço" opera em dois vetores: material [síntese das violências] e simbólico [segregação das manifestações culturais]. As políticas públicas adotadas para conter o seu avanço são insuficientes para a reversão do fenômeno, agem como redutores de danos. Nas últimas décadas, seu traço estatístico é ascendente, ante a inatividade, inoperância e tolerância da ciência, quanto a sua manifestação.

O homicídio de jovens, negros e pobres é o principal indicador da segregação racial no país, cuja prática se naturalizou na sociedade, sem ter merecido um amplo estudo por parte da academia (1).

Os estudos promovidos em centros de pesquisas avançadas (2) de universidades brasileiras [sem vinculação direta com a temática afrodescendente] e por pesquisadoras e pesquisadores negras e negros (3) dão a magnitude do problema: o racismo age como força material na seleção dos alvos das violências social e policial; na letalidade das ações em áreas vulneráveis; na ação discricionária e punitiva da Justiça; nos mecanismos de ingresso nos sistemas sociais [educação e trabalho], e na distribuição seletiva dos direitos sociais. Em síntese, no extermínio da juventude negra e pobre.

Esse genocídio é a parte visível das violências que atingem a população afrodescendente, congelada no "porão" da sociedade, sem mobilidade vertical, e "vítima de um crime perfeito (4)".

As denúncias das violências são assimétricas. As narrativas das organizações da juventude negra (5) [discurso estético/particular] e

JUAREZ TADEU DE PAULA XAVIER



© Fernando Frazão/Agência Brasil



© Valter Campanato/ABr

(*acima*) Mães e pais denunciam à Anistia Internacional uma série de crimes de assassinato, sequestro e desaparecimento de jovens negros em Salvador e outras cidades no Estado da Bahia

(*ao lado*) Brasília – O Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra, o Juventude Viva, é lançado no Distrito Federal (DF) e no Entorno. O plano é uma iniciativa do governo federal para reduzir a vulnerabilidade de jovens aos homicídios. Na foto, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho



da "mídia negra" (6) [discurso midiático/singular] superaram, em quantidade e muitas vezes em qualidade, as narrativas científicas (7) [discurso científico/universal], produzidas em monografias de graduação e dissertações e teses de pós-graduação, a despeito dos esforços dos núcleos de pesquisa existentes em universidades públicas (8).

A ausência de disciplinas sobre a questão racial [no ensino], a pequena inserção em projetos sociais [na extensão], e a falta de linhas de financiamento [nas pesquisas] desidratam a contribuição da universidade na qualificação do debate público e na procura de soluções críveis para a superação do fenômeno.

Nesse cenário, as universidades públicas se movimentam, frente ao impacto das políticas públicas inclusivas: adoção de cotas sociais e raciais, organização de projetos pedagógicos que atendam às demandas legais, construção de coletivos negros e a rearticulação dos núcleos de pesquisa sobre a temática racial.

Pesquisadoras e pesquisadores [docentes e discentes] da Universidade Estadual Paulista trilham por essa vereda: reorganização do Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão (Nupe) e da revista *Ethnos* (9), periódico científico vinculado ao núcleo.

O Nupe planeja desenhar espaços favorecedores ao debate da questão racial, com foco na sociedade, nas culturas brasileiras, na etnicidade e na(s) diáspora(s) africana(s), com a troca e o debate de ideias em caráter multidisciplinar e internacional, e dessa forma contribuir para decifrar a esfinge da violência que ainda devora o futuro de jovens pobres e negros, neste início da década dos afrodescendentes.

REFERÊNCIAS
(1) Mapa da Violência/2014 [http://goo.gl/Xp3Pyp – acesso: 5/2/2015].

(2) Núcleo de Estudo da Violência da Universidade de São Paulo [http://www.nevusp.org – acesso: 21/5/2015, às 14h40]; **Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro** [http://www.lav.uerj.br/ – acesso: 19/5/2015, às 14h59].

(3) Associação Brasileira de Pesquisadores Negros [http://goo.gl/14bpFD – acesso: 14/5/2015].

(4) Professor Doutor Kabengele Munanga [http://goo.gl/LQI4Xb – acesso: 20/5/2015].

(5) Pesquisadora Daniela Fernanda Gomes da Silva [http://goo.gl/X9Jv9y – acesso: 20/11/2014, às 8 h].

(6) Geledés – Instituto da Mulher Negra [http://goo.gl/iRHznI – acesso: 15/5/2015, às 13 h].

(7) Geledés – Instituto da Mulher Negra [http://goo.gl/Ey36FW – acesso: 14/5/2015, às 9h10].

(8) Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão – Nupe/Unesp [http://goo.gl/TN0WnJ – acesso 21/5/2015, às 18h57]; **Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro – Neimb/USP** [http://goo.gl/xYBMP0 – acesso 21/5/2015, às 18h59].

(9) Revista Ethnos [http://goo.gl/YXlXkG – acesso: 21/5/2015, às 15h55].

Juarez Tadeu de Paula Xavier é professor do Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Arte e Comunicação da Unesp, Câmpus de Bauru, e coordenador do Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão (Nupe)

SOLANGE ROCHA



© Divulgação/www.tjpbjus.br

Alunos do projeto Brasil Alfabetizado visitam a exposição "Negra Gertrudes Maria", no Museu e Cripta de Epitácio Pessoa, no Palácio da Justiça, em João Pessoa, PB.

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE GERTRUDES MARIA

SOLANGE ROCHA

Na década de 1820, Gertrudes Maria, "crioula/preta", com cerca de 30 anos, e também uma alforriada/liberta sob condição, circulava pelas ruas do centro da capital paraibana, a então Cidade da Parahyba, onde desempenhava o ofício de pequena comerciante, denominada por seus contemporâneos de "negra do tabuleiro" ou quitandeira. Entre os locais em que ela circulava estava a Rua das Trincheiras e adjacências (área central da capital), negociando "com verduras, frutas, e o que mais lhe permiti[ss]em suas posses". (1)

O ofício de Gertrudes possibilitava a formação de redes de sociabilidade, com pessoas livres, libertas e escravizadas, pobres e ricas. Nos anos finais de 1820, ela se beneficiou de amizades, sobretudo, com homens, pois ela teve de se opor ao "embargo de penhora" contra seu senhor (Carlos José da Costa), iniciado em 1828, que colocou em risco a sua liberdade parcial, pois, apesar de ter negociado a sua liberdade, comprando por 100 mil réis (50% do valor exigido) sua carta de alforria. A outra metade do seu valor seria paga com seu trabalho até a morte de seus senhores.

Tentaram se apropriar dela para ser vendida em "praça pública" para pagamento de dívida de seu proprietário, com dois homens, moradores na capital paraibana. Tratava-se de um representante da Igreja – o carmelita Frei João da Encarnação –, para quem o senhor de Gertrudes Maria devia 176$190 réis, e de um leigo, José Francisco das Neves, com o qual Carlos José tinha uma dívida de "trinta e três mil e tantos réis". Esses dois homens esperavam vendê-la em praça pública e ser ressarcidos da quantia considerável, naquela data, de quase 210 mil-réis. Na época, valor suficiente para adquirir uma pessoa escravizada ou um terreno para desenvolver a agricultura.

A outra quantia de 100 mil-réis, referente ao seu preço, seria quitada com o trabalho pa-

ra seus senhores, a ser realizado num período incerto, porquanto a liberdade estava condicionada à morte deles. Gertrudes retratava, assim, outras mulheres negras do Oitocentos – libertas ou escravizadas – tanto em razão da exploração do seu trabalho em benefício de um segmento social (os escravizadores), quanto por ter se colocado contra o sistema escravista, explorando as brechas das leis e afirmando a sua humanidade. Contrapunha-se, assim, à visão predominante na época que a considerava uma mercadoria, um ser passivo e pacífico. Ademais, na década de 1820, quando essa libertanda recorreu à Justiça, não era comum às mulheres e aos homens escravizados contratarem advogados ou serem representados por eles, uma vez que o regime escravista não permitia que pessoas escravizadas entrassem com ações judiciais. Mesmo assim, muitas mulheres e muitos homens, ao longo da existência do escravismo, cerca de 350 anos, sempre recorreram à Justiça para defender seus interesses, o que consideravam seus "direitos", colocando-se contra seus donos ou suas donas, posicionando-se, assim, contra a sociedade escravista.

Ao ser informada de que poderia ser vendida em praça pública, Gertrudes Maria não aguardou passivamente o desenrolar da ação jurídica, procurou, de imediato, contatar um advogado para manter a sua liberdade, mesmo que precária, visto ser uma alforriada sob condição. Assim, entre os anos de 1828 e 1842, período em que predominava um "consenso ideológico da escravidão", ou seja, poucas pessoas condenavam a instituição da escravidão e a sociedade brasileira considerava ser legítima a prática de escravizar pessoas, ela moveu uma ação judicial contra seus senhores.

No tribunal, a principal argumentação utilizada por seus adversários era de que o "papel de liberdade que junta à embargante [era] falso, e dolosamente feito muito depois de se haver efetuado embargo em vigor de penhora na pessoa da embargante". Os advogados de Gertrudes, por sua vez, conseguiram o depoimento de sete pessoas favoráveis à sua cliente.

Dos diversos interesses envolvendo tal demanda jurídica – senhor de uma cativa; uma mulher negra liberta sob condição e os credores de uma dívida – resultou um julgamento em que Gertrudes Maria perdeu a ação. Porém, os advogados dela entraram com a apelação. O processo foi enviado para um julgamento por órgão superior da Justiça, e Gertrudes Maria viveu em liberdade, mesmo que precarizada, até 1842, ano de que tivemos a última informação sobre o caso em exposição.

MUITAS MULHERES E MUITOS HOMENS, AO LONGO DA EXISTÊNCIA DO ESCRAVISMO, SEMPRE RECORRERAM À JUSTIÇA PARA DEFENDER SEUS INTERESSES

Embora não tenhamos todos os conhecimentos envolvendo o caso de Gertrudes Maria, a sua história mostra o seu protagonismo e a considero emblemática por representar as lutas de muitas outras mulheres escravizadas de várias regiões do Brasil que, com suas ações políticas contra o escravismo, redefiniram suas condições sociais e jurídicas, lutando por liberdade nas brechas do sistema, usando sua astúcia e conquistando novos espaços na sociedade escravista. Histórias como a de Gertrudes Maria inspiram as lutas no presente, nas quais mulheres negras e não negras ainda lutam por plena cidadania na sociedade brasileira. UC

(1) As informações sobre o processo envolvendo Gertrudes Maria estão na Ação Cível de Gertrudes Maria (1828–1842), disponível no Arquivo do Tribunal da Justiça/Paraíba. Para uma análise sobre esse processo, consultar o 3º capítulo de minha pesquisa de mestrado, em ROCHA, Solange P. *Na trilha do feminino: condições de vida das mulheres escravizadas na Província da Paraíba (1828-1888).* Mestrado em História, Recife, PPGH/UFPE, 2001.

Solange Rocha, da UFPB, BAMIDELÊ-OMN/PB, integra o Departamento de História e o Programa de Pós-graduação em História e Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas

OSCAR D'AMBROSIO



Paisagens sonoras são tema de pesquisa de doutorado

TRABALHO DEFENDIDO NA ESPANHA LIDA COM PERCEPÇÃO EM DIFERENTES LOCAIS

A tese de doutorado *Tránsitos sonoros: el Paisaje Sonoro a partir de las Tramas de la Sincronicidad en el Arte Contemporáneo*, de José Laranjeira, professor da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp de Bauru, foi defendida na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Barcelona, sob orientação de Josep Cerda i Ferré.

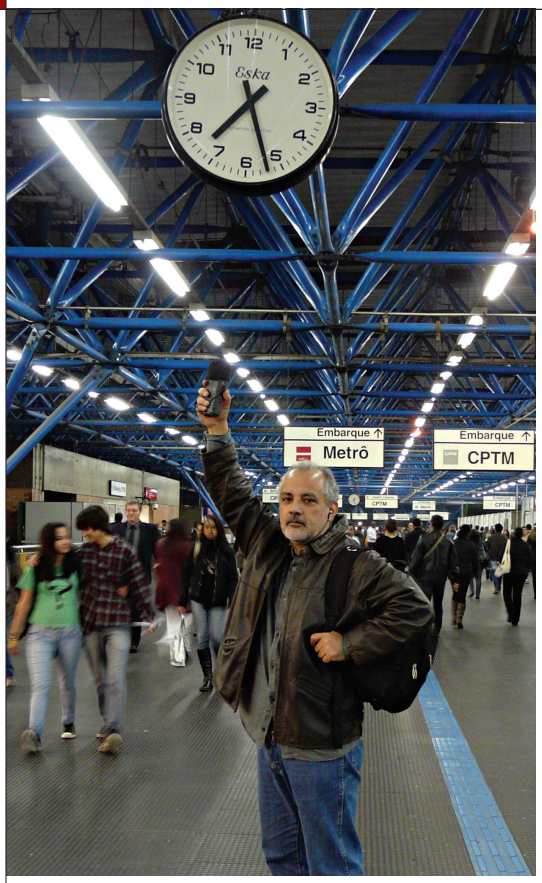
A pesquisa trata da paisagem sonora como um potencial criativo do reposicionamento do som como língua matriz e pensamento artístico no campo das artes visuais contemporâneas. Ela integra investigação sobre a experiência auditiva sensorial e a cognição estética, semântica e estrutura simbólica nas artes.

No âmbito conceitual e metodológico, a tese gera reflexões sobre as interseções e inter-relações entre arte e ciência. O autor estuda a criação e a pesquisa acadêmica com experiências e ações coletivas e colaborativas, realizadas entre 2010 e 2013, incluindo pesquisadores artistas da BR: AC /UB – Universidade de Barcelona e GIIP/Unesp.

A tese fornece um relato sucinto das práticas



© Metrô Consolação de São Paulo/Nina Simão



© Terminal da Barra Funda, São Paulo/Arquivo pessoal



criativas dentro do ambiente acadêmico universitário, reforçado pela sincronicidade sistêmica em artistas de integração da pesquisa qualitativa, em diversos locais no Brasil, como Cachoeira e São Félix, Bahia; Metrô Barra Funda e Consolação, em São Paulo, SP; Terminal Rodoviário do Bom Retiro, São Paulo, SP; e em Bauru, SP.

Foi possível, assim, abordar a paisagem sonora dentro dos campos de criação e pesquisa acadêmica, não só trazendo o quadro conceptual e princípios metodológicos que nortearam as ações e pensamentos criativos que foram realizados, mas também ver a importância do som e da paisagem sonora dentro da prática artística contemporânea criativa.

As atividades reforçaram a prática da integração conceitual e metodológica e da produção criativa, reunindo pesquisadores, grupos, universidades e promovendo intercâmbios e estratégias de cooperação que buscam dar um grande passo para a internacionalização do conhecimento no mundo da arte entre diferentes universidades.

A jornada da pesquisa começou em 2010 na Bahia com Josep Cerdà, a partir de reunião da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas – ANPAP. Houve ainda a participação de outros pesquisadores, em especial a artista e pesquisadora Lilian Amaral, que realizou pós-doc no Instituto de Artes da Unesp, em São Paulo, SP. Ações se seguiram durante 2011 e 2012 com o mesmo espírito de trabalhar sonoridades em diversos locais

"Sou um entusiasta de intercâmbios pela troca de experiências e reflexões entre professores, colegas, pesquisadores e artistas em um ambiente acadêmico. É com esse espírito que leciono na Unesp, fiz mestrado na Unicamp e, agora, o doutorado na Universidade de Barcelona", afirma Laranjeira.

"Esses trânsitos universitários têm sido fundamentais, porque me permitiram garantir um repertório cheio de experiências teóricas, práticas e ações, assim como entrar em contato e me aproximar de profissionais expressivos com quem mantenho afinidades e convergências, em torno de aspectos teóricos, práticos conceituais, pessoais e institucionais", acredita.

Laranjeira afirma que as estratégias de ação colaborativa diluem significativamente a propriedade entre os participantes do grupo, sem

Atividades reforçaram a prática da integração conceitual e metodológica e produção criativa

Mais informações:
jlaranjeira@faac.unesp.br
Telefone: (14) 3103-6058



© R.U.A (2011)/AIR CITY: ACTIVAR LO INTANGIBLE/escultura sonora do bairro Bom Retiro/SP



© Escultura sonora, BAÚ::URÚ::RUA Memorial da América Latina – São Paulo/ Arquivo pessoal

prejuízo da individualidade. "Pelo contrário, na natureza coletiva da prática artística, o valor da autoria adquire outro sentido, plural, social e político a ser estendido ainda a outro nível, um plano qualitativo."

Nesse aspecto, os projetos incluídos na pesquisa são o resultado de intensos e frutíferos processos de intercâmbio coletivo e colaborativo. "Som e audição foram considerados como exercícios de percepção criativa e como matrizes fundamentais no desenvolvimento do pensamento e da linguagem contemporânea, capazes de gerar inúmeros processos de percepção, representação e criação na realidade contemporânea", afirma o autor do estudo.

"O estudo da paisagem sonora permitiu desenhar diferentes perfis e revelou, entre outras coisas, alguns aspectos importantes da identidade cultural. Sons urbanos gerados pela presença humana são sinais que têm o potencial de nos levar para muito além do mero contato com um fenômeno sensorial e perceptivo. Têm o potencial para nos permitir estabelecer e pensar e produzir linguagem com contribuições poéticas", conclui Laranjeira. UC



© Gravações no Bom Retiro, São Paulo/Wilson Rodrigues



© Acervo GEPPA

Grupo de Estudos Pedagógicos e Pesquisa em Atletismo

ATIVIDADES SÃO DESENVOLVIDAS NO INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS DA UNESP DE RIO CLARO

O GEPPA – Grupo de Estudos Pedagógicos e Pesquisa em Atletismo do Instituto de Biociências da Unesp de Rio Claro tem como objetivo o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão universitária relacionados ao atletismo e à sua difusão na comunidade, de maneira geral e no âmbito escolar, em particular.

No âmbito do ensino, fornece apoio ao desenvolvimento das aulas da graduação e pós-graduação e acolhe o Projeto do Núcleo de Ensino, da Prograd, voltado ao ensino da história do atletismo em aulas de Educação Física com base nas Tecnologias de Informação e Comunicação.

No âmbito da extensão universitária, desenvolve, desde 1999, o projeto "Atletismo para crianças e jovens", destinado a divulgar essa modalidade esportiva, a incentivar o ensino do atletismo nas escolas superando as limitações existentes e a promover a prática dessa modalidade esportiva por crianças e jovens até 16 anos. Para tanto, é desmembrado em três frentes: a) Aulas regulares realizadas no Departamento de Educação Física da Unesp – Rio Claro, contando com a participação de bolsistas Proex e de alunos da graduação e pós-graduação; b) Visitas à pista de atletismo da Unesp, realizadas por alunos de escolas de Rio Claro, visando o contato com o local e implementos oficiais e adaptados ao ensino do atletismo; c) Exposição de imagens relacionadas ao atletismo nas escolas da cidade, complementada por palestra voltada à difusão de conhecimentos relacionados ao atletismo olímpico e paralímpico.

No âmbito da pesquisa, desenvolve pesquisas de iniciação científica, inclusive com bolsa PIBIC/CNPq, Trabalhos de Conclusão de Curso, Projetos de Mestrado e Doutorado em "Desenvolvimento Humano e Tecnologias", tendo como base a aproximação entre o ensino do atletismo e as tecnologias, sobretudo no campo escolar, revelando suas possibilidades e dificuldades. UC

Coordenação do GEPPA: Profa. Dra. Sara Quenzer Matthiesen
Contato: Depto. de Educação Física – Unesp/Rio Claro
e-mail: saraqm@rc.unesp.br
Tel.: (19) 3526-4348

A nova obscuridade

COLETÂNEA DE TEXTOS DE JÜRGEN HABERMAS

Um dos principais eixos temáticos da coletânea *A nova obscuridade*, de Jürgen Habermas, diz respeito ao neoconservadorismo. O assunto abre e perpassa todos os textos aqui reunidos, que remetem ainda a diferentes aspectos da defesa de Habermas da continuidade do projeto de modernidade. Sem abandonar a dimensão teórica, o filósofo, conhecido por seu engajamento político, coloca-se como "contemporâneo político" e assume posições acerca de questões públicas candentes ainda hoje – escrita em 1985, a obra reflete sobre problemas e tensões de uma década crucial para a sobrevivência e maturação do projeto democrático não apenas na Alemanha.

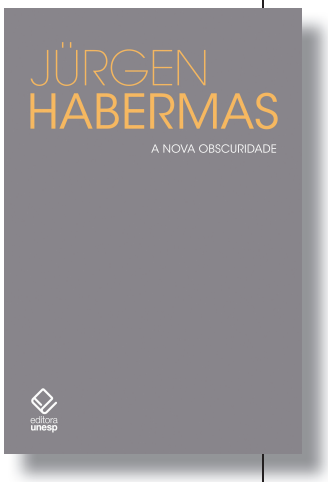
No campo teórico, Habermas procura distinguir o velho e o novo conservadorismo – o primeiro marcado por uma rejeição integral à modernidade e um apego fiel às formas de vida tradicionais, e o último por uma reconciliação seletiva e negociada com os processos inacabados de modernização. Para ele, o neoconservadorismo, assim como o velho conservadorismo, combate a modernização cultural, mas o faz em nome do aprofundamento dos processos de modernização social. E são esses dois conceitos que o filósofo considera fundamental distinguir em uma teoria da modernização.

Enquanto a modernização cultural, descrita como a racionalização comunicativa do mundo da vida, torna as tradições vulneráveis à "força explosiva" do questionamento e da crítica intramundana, a modernização social transforma as formas de vida tradicionais segundo o movimento de monetarização e burocratização das estruturas sociais, pautando-se pelos meios empobrecidos do poder e do dinheiro.

A teoria é o pano de fundo das posturas propositivas defendidas pelo filósofo, que busca interferir no debate público, identificando e combatendo os principais adversários de suas posições. No artigo "Desobediência civil: a pedra de toque do Estado Democrático de Direito", publicado pela primeira vez na revista *Merkur*, ele propõe o debate sobre o tema, mas recorre à herança teórica para defender a modificação de padrões de interpretação e aplicação do direito, combatendo a tipificação penal de protestos públicos não violentos sustentada por membros da Corte Constitucional alemã e juristas de renome.

O livro compõe-se de 13 ensaios divididos em sete temas, incluindo uma longa entrevista à revista *New Left Review*. Ali, Habermas fala sobre a evolução de seu pensamento, desde quando frequentava universidades fechadas às influências do exterior da Alemanha do pós-guerra. Uma das perguntas aborda a emergência da bandeira ecológica. Habermas responde: "[...] até onde posso ver, as investigações ecologicamente inspiradas se movem por inteiro, em termos metodológicos, dentro de um quadro convencional. Por ora, nada parece depor a favor da ideia de que em uma atitude não objetivante, por exemplo, na atitude performativa de um participante da comunicação, possam se desenvolver ciências naturais alternativas – teorias que estivessem, por exemplo, na sucessão das filosofias da natureza românticas ou alquimistas".

Na apresentação, Antonio Ianni Segatto e Felipe Gonçalves Silva pontuam, sobre o livro: "Leitura obrigatória não apenas aos estudiosos da filosofia habermasiana, mas a todos aqueles interessados nos tortuosos meandros de um processo de modernização inacabado". UC



Jürgen Habermas, Editora Unesp, tradução de Luiz Repa, 388 páginas, R$ 66

Sobre o autor
Um dos mais importantes filósofos da atualidade, Jürgen Habermas, nascido na Alemanha em 1929, criou uma nova visão acerca das relações entre linguagem e sociedade. Foi professor de Filosofia da Universidade de Heidelberg e também na New York School for Social Research, além de codiretor do Instituto Max Plank para a Investigação das Condições de Vida do Mundo Técnico-Científico, em Starnberg.

DANIEL PATIRE



RECITAL E MASTERCLASS

A soprano mexicana Cecilia Montemayor realizou, em maio último, um recital e uma Masterclass no Instituto de Artes (IA) da Unesp. Ela nasceu em Monterrey e possui vasta formação acadêmica, de performance e pedagógica. Estudou Musicologia na Universidade do Sul da África,voz e piano na Real Escola de Música de Londres e Pedagogia da Voz no Westminster Choir College, Princeton, NJ. Seu repertório inclui árias de óperas, lieder de diferentes países e oratórios. Desenvolve pesquisa musicológica na música mexicana, é professora de canto e participa de importantes associações internacionais de professores de voz e musicologia. O evento foi uma realização do Grupo de Estudos da Expressão Vocal na Performance Musical do Departamento de Música do IA. A coordenação foi dos professores Martha Herr e Wladmir Mattos; e a organização de Wladmir Mattos, Sheila Minatti e Cristina Guse; com apoio da Secretaria de Relações Exteriores do México.



ÁLVARO MARTIM GUEDES

O desequilíbrio nas contas dos Estados



© Arquivo pessoal

Álvaro Martim Guedes é especialista em administração pública e professor da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara.

Este artigo foi publicado originalmente no *Estadão Noite* de 15 de junho de 2015.

Vencido o primeiro quadrimestre, período de referência para a primeira prestação de contas públicas, o que se observa é o descompasso entre receitas e despesas com pessoal. Não há novidade nisso. O cenário de desequilíbrio já estava desenhado no ano passado. No caso dos Estados, muitos já estavam dentro do limite prudencial, ou seja, já estavam chegando bem perto do limite máximo de gastos com pessoal, quando comparado com a Receita Corrente Líquida. Essa comparação foi um dos atributos importantes da Lei Complementar n. 101/00, a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal. Não é, portanto, novidade o indicador, sua metodologia de cálculo e nem tampouco as implicações por não respeitar os limites que ela impõe.

Os Estados e os Municípios vêm, de dez anos para cá, sendo gradativamente colocados de lado quanto à repartição dos valores arrecadados pelo setor público. Muitos novos encargos têm sido repassados, principalmente na área da saúde, para as outras unidades da Federação. Tem sido promovida uma silenciosa repartição de gastos, privilegiando a União. No caso dos Municípios, em que somente duas responsabilidades públicas, a saber, saúde e educação, consomem juntas, em muitos casos, mais de 50% dos seus recursos disponíveis, não há onde cortar. Ninguém defende criança sem escola e doente sem assistência.

Como no curto prazo medidas para reverter essa situação e promover um reequilíbrio fiscal não têm como ocorrer, o que veremos até o final do ano, visto o desaquecimento da economia, é esse cenário ficar pior. Mesmo que governadores e prefeitos tomem medidas de contenção (não concedam aumentos, não apliquem novos planos de cargos e salários ou não preencham cargos) não será o suficiente, na maioria dos casos, para corrigir o principal problema no momento: a queda acentuada de arrecadação.

Antes de pensar em aventuras econômicas com vistas ao favoritismo eleitoral, deveriam os governantes sempre tomar decisões quanto ao que irá, no presente e no futuro, ocorrer para a população e no seu sofrimento de desigual. Quem vai pagar a conta da aventura desenvolvimentista serão os que dependem do SUS e da escola pública. Seguramente não são os senhores em belos ternos ou senhoras bem maquiadas, todos protegidos por gabinetes refrigerados, que se incluem nesse rol.

A Revolução Coreana

Melchionna, Helena Hoppen
Pereira, Analúcia Danilevicz
Visentini, Paulo Fagundes



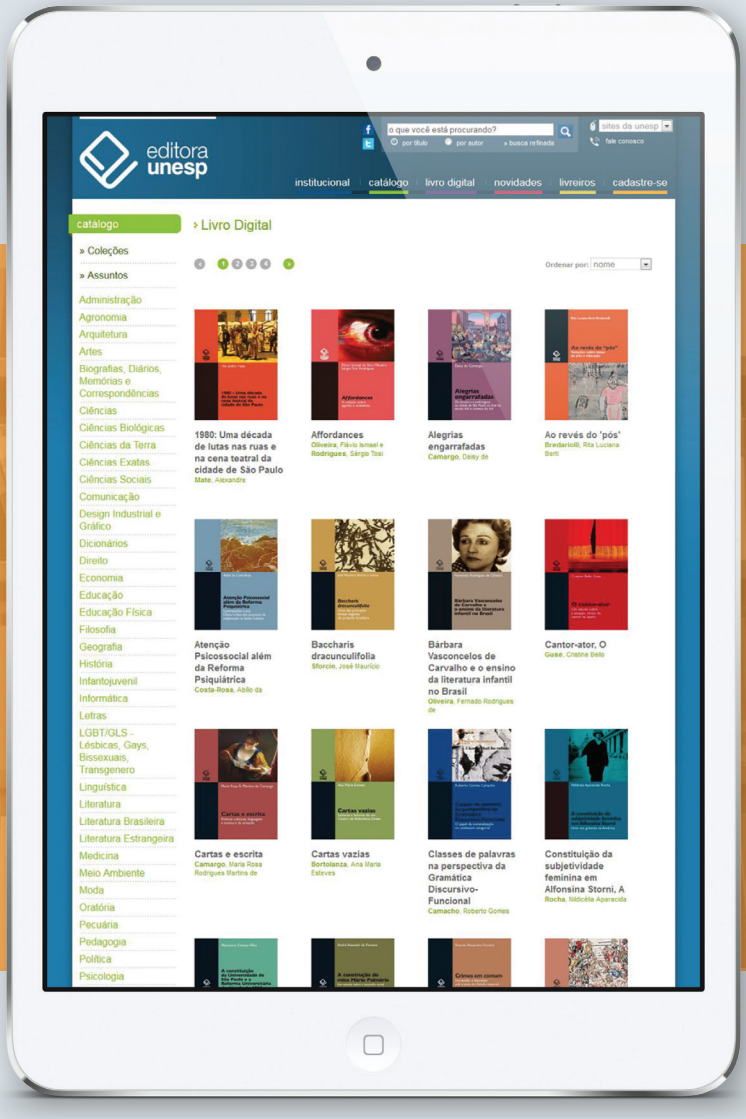
Esta obra questiona de forma contundente a imagem caricatural da Coreia do Norte, mostrando que o regime ampara-se em questões geopolíticas e bases histórico-culturais sólidas.
O nacionalismo exacerbado e o culto ao líder, por exemplo, remetem ao neoconfucionismo e são usados para unificar o país, única pequena nação do mundo cercada por três grandes potências (Japão, China e Rússia).

R$ 25,00
11x19
200 páginas

editora unesp

Produzir conteúdo,
Compartilhar conhecimento.
Editora Unesp, desde 1987
www.editoraunesp.com.br

LIVROS DIGITAIS
GRATUITOS
você já baixou o seu?



São mais de 400 títulos disponíveis em todas as áreas do conhecimento.

Acesse o nosso site ou utilize o leitor de QR Code.

cultura acadêmica

culturaacademica.com.br

editora unesp

editoraunesp.com.br